

31º Encontro Anual da ANPOCS

22 a 26 de outubro de 2007

Caxambu – MG

ST 34:

Trabalho e Sindicato na Sociedade Contemporânea

À procura de antigos e novos diálogos entre o direito à cidade e o direito ao trabalho.

**Isabel Cristina da Costa Cardoso
Faculdade de Serviço Social
Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

2007

Introdução

Este texto busca analisar qual é o lugar social e político do “direito a ter direito” (Arendt,2000) ao trabalho e à cidade para aqueles segmentos sociais identificados como os trabalhadores pobres e/ou desempregados residentes nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, a partir da adoção e do aprofundamento de políticas de empreendedorismo urbano, desde os anos 90 (Harvey ,2005). Parte-se aqui da articulação entre as formas contemporâneas de concepção e regulação da cidade e dos destinos do trabalho urbano, através da análise da realidade urbana local da cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, trata-se de “mirar” o trabalho e a cidade a partir de segmentos sociais que carregam a forte marca de relações de subalternidade na forma de experimentar as promessas integradoras da modernização e do desenvolvimento urbano-industrial. Na verdade, estes segmentos expressam mais os signos da “desordem” da cidade e do trabalho que Cibele Rizek sintetizou em seu estudo (2003) sobre os sentidos da cidade na produção do pensamento social brasileiro¹.

Cabe demarcar que as análises aqui efetuadas se orientam pelo pressuposto metodológico da necessária articulação entre trabalho e cidade; trabalho e território e partem de uma hipótese inicial: *a flexibilização das formas da cidade, especialmente das instituições do direito e do planejamento, perseguida como objetivo das políticas de “ajuste urbano”(Arantes,2004), encontra seu equivalente social e político na flexibilização das formas do trabalho. Este duplo processo é atravessado pelo crescente movimento de flexibilização da “forma mercadoria” frente a maior autonomia do capital de sua base produtiva material e, em especial, da forma do trabalho concreto. Assim, não é apenas o trabalho assalariado que se torna objeto de crise, mas, também, a forma urbana da cidade que acompanhou a instituição da experiência residual e fragmentada de sociedade salarial no Brasil e sua conseqüente promessa integradora. Esta é a forma particular que se pretende reunir cidade e trabalho para visar algumas cenas contemporâneas de uma crise política mais ampla. Diria ainda melhor, a forma particular que se propões aqui analisar a crise*

¹ Trata-se de pesquisa que “sintetiza resultados de pesquisa de natureza bibliográfica que se volta para as figurações da cidade, no âmbito da modernização e do atraso, visto ora como resíduo ou permanência do passado, ora como parcela imune à mudança social. Toma-se como eixo de discussão um recorte específico – os fundadores de um modo de pensar o país e seus processos de transformação a partir da cidade e do Estado de São Paulo, que se desenhava como pólo da industrialização, da metropolização, da modernização.” (Rizek,2003:79)

contemporânea do trabalho é através do diálogo com a crise tempo-espacial da cidade que, no caso específico dos objetivos deste texto, se manifesta no espaço local do Rio de Janeiro.

Demarcadas estas primeiras considerações metodológicas, pode-se, então, afirmar que é na convergência destes dois campos, cidade e trabalho, que as práticas de empreendedorismo urbano, através do I e II planejamentos estratégicos do Rio de Janeiro² (I e II PECRJ), encontram seu “ponto cego”. A idéia de empreendedorismo/empresariamento da cidade é caldatária de uma outra, ainda mais fundamental, a do desenvolvimento baseado nos serviços avançados propulsores do trabalho imaterial ; dos serviços de alto valor agregado e sustentadores de uma sociedade pós-industrial baseada em redes de cidades globais e sua hierarquia de cidades. Aqui, notadamente as formulações de Manuel Castells acerca da cidade informacional (2002) ganham centralidade e movimentam, inclusive, um mercado de serviços de consultoria às cidades. Nesta figuração do desenvolvimento, a cidade é pensada e elaborada tanto como um produto, uma mercadoria a ser consumida no circuito global de cidades, quanto como um “ator” do desenvolvimento. Interessa notar que as idéias de “promessa integradora” e de cidadania - as quais a cidade é a portadora - são equacionadas centralmente em torno do consumo ou dos “fluxos de trocas” (Castells,2002).

É deste patamar de onde se avista o real significado de ser um segmento social não estrategicamente relevante. Os trabalhadores pobres, na sua condição de “consumidores insolventes” e territorialmente localizados nas favelas e periferias da cidade não podem consumir a “nova mercadoria cidade” e os produtos que a “cidade-empresa” coloca em circulação. Contudo, políticas são formuladas, programas e objetivos são traçados, novos financiamentos internacionais são obtidos – e é nesta “chave” que se inserem, por exemplo, as políticas de geração de trabalho e renda e de urbanização de favelas no Rio de Janeiro - para prometer um tipo de integração subalterna e reiteradora dos clássicos caminhos da não-cidadania. Agora, contudo, travestidos de um discurso democrático de participação, de inclusão, de valorização da cultura “local”, “empreendedora” e “solidária” dos pobres; de aproximação das formas públicas de regulação da cidade às formas concretas de trabalho e vida destes segmentos. Daí, transformar em “virtude” o que, antes, era “vício” . Ou seja, trata-se de valorizar o saber e as formas materiais de “viração” dos trabalhadores pobres: a precariedade dos vínculos e das experiências de trabalho e vida passam à condição de “rico”

² O I PECRJ, chamado “Rio Sempre Rio”, foi elaborado no final de 1995 e o II PECRJ, chamado “As Cidades da Cidade”, data do ano de 2001.

material para formulação de políticas do Estado, de responsabilidade social de empresas ou de organismos não governamentais. Afinal, nada mais “polivalente” e digno do espírito empreendedor de “assumir riscos” do que a viração cotidiana da luta pela sobrevivência nas cidades, como, por exemplo, as formas da autoconstrução e do trabalho precário. Algo que Kowarick(2000), já nos idos dos anos 80, denunciou como a experiência cotidiana da espoliação urbana e que está a demandar um diálogo que revise os elos de ligação e de diferenciação entre este conceito e a experiência urbana das condições de reprodução social do trabalhador, hoje.

Nesta mesma “chave interpretativa” interessa deter o olhar e a análise sobre o perfil crescentemente assistencial das políticas de trabalho (ou de “não-trabalho”). Mais precisamente sobre o que aqui é denominado de anulação crescente das fronteiras entre as políticas de assistência e as políticas de geração de trabalho (sem emprego) e renda.

As figurações da cidade vistas através do I e do II Planejamientos Estratégicos da Cidade do Rio de Janeiro.

No início dos anos 90, mais precisamente em novembro de 1993, foi firmado um acordo de cooperação entre a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) e a Prefeitura da cidade para dar início ao I Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro (PECRJ), posteriormente intitulado “Rio sempre Rio”. Para tanto, um consórcio mantenedor, majoritariamente composto por empresas ou organizações privadas³, foi formado e através dele custeada a contratação da firma catalã “*Tubsa - Tecnologies Urbanes de Barcelona S.A.*” responsável pelo Plano Estratégico da cidade de Barcelona e pelo sucesso da fórmula - a partir daí multiplicada em escala global - de associação do planejamento urbano a um grande evento, de preferência inserido no calendário mundial de festividades e competições, ou a um produto cultural de forte valor agregado em torno de sua marca, como os museus internacionais, capazes de funcionarem como estratégia de marketing e venda da imagem da cidade. No caso específico de Barcelona a estratégia foi a realização dos Jogos Olímpicos de 1992.

³ No referido Consórcio Mantenedor, dentre as quarenta empresas integrantes, destacaram-se os seguintes segmentos empresariais: financeiro, de construção e incorporação imobiliária e das redes construtoras e administradoras de grandes shopping centers.

A estrutura administrativa do I PECRJ contou com o Conselho da Cidade, o Conselho Diretor e o Comitê Executivo como instâncias centrais que se relacionavam com as demais. Em toda esta estrutura, a participação popular esteve significativamente ausente. A este respeito Vainer (2000) já produziu uma rica descrição e análise que não cabe aqui repetir, mas sim referendar.

Interessa, isso sim, analisar os conteúdos do discurso e das práticas presentes em alguns dos “produtos” do PECRJ. Através destes documentos, objetiva-se demonstrar quais propostas foram criadas pelo I e II PECRJ e como estas se articularam à visão estratégica e competitiva da cidade. Notadamente é dado maior destaque à estratégia denominada pelo I PECRJ como “Rio 2004, pólo regional, nacional e internacional”, pela forte presença da política de marketing da cidade. Assim, pretende-se demonstrar os fundamentos do empreendedorismo das políticas de gestão urbana subjacentes às preocupações daqueles que elaboraram não apenas um novo plano de desenvolvimento, mas um “projeto de cidade”.

O I PECRJ e a produção das imagens da “cidade-pátria” , da “cidade-empresa” e da “cidade-mercadoria”.

A elaboração de um diagnóstico da cidade foi a atividade inicial e propulsora para a dinâmica de elaboração do I PECRJ. Sua metodologia, elaborada pelos consultores do PECRJ, seguiu uma classificação polarizada em dois tipos de diagnóstico: positivo e negativo. Assim, para cada elemento considerado negativo da cidade era necessário pensar, paralelamente, um elemento positivo que atuasse como seu potencializador e que fundamentaria o PECRJ.

O I PECRJ é um conjunto de sete estratégias organizadas a partir de um objetivo central sintetizado da seguinte forma:

“Tornar o Rio de Janeiro uma metrópole com crescente qualidade de vida, socialmente integrada, respeitosa da coisa pública e que confirme sua vocação para a cultura e a alegria de viver. Uma metrópole empreendedora e competitiva, com capacidade para ser um centro de pensamento, de geração de negócios para o país e sua conexão privilegiada com o exterior” (Plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro – Rio Sempre Rio,1996:23).

As estratégias e seus objetivos gerais são:

1)O carioca do século XXI - “ oferecer às pessoas oportunidades e facilidades para o acesso ao emprego e aos bens sociais e culturais mais amplo.” (Ibid:28). É nesta estratégia

que se concentram as políticas de geração de emprego e renda, inclusive a criação de políticas de estímulo à criação de cooperativas. Do conjunto das ações propostas surge a indicação de criação institucional de uma câmara de emprego da cidade e de uma secretaria especial de trabalho, embrião da então Secretaria de Trabalho e Renda do Município, hoje chamada de Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego.

2)Rio Acolhedor - “Melhorar a relação da cidade com seu entorno é uma exigência de qualidade do ambiente urbano, necessária para conseguir que o Rio de Janeiro seja identificado como uma cidade receptiva, funcional e capaz de promover e ampliar a convivência e a vizinhança.” (Ibid: 32).

3)Rio participativo - “As profundas transformações da vida urbana obrigam a mudanças na estrutura de governo local, à reorganização da vida comunitária, ao incremento da participação coletiva na construção da cidade, a novas formas de cidadania e convivência, e a uma administração pública eficaz e eficiente, que estabeleça novas formas de relação e comunicação com o cidadão”. (Ibid:36)

4)Rio integrado - “O processo de integração crescente será alcançado da melhor vertebração da cidade, do equilíbrio territorial e de novas centralidades que facilitem a difusão da qualidade urbana por toda a cidade, a normalização da habitação, o fortalecimento do Centro e a melhor mobilidade dos cidadãos.” (Ibid: 40). É nesta quarta estratégia que se insere o projeto “Favela Bairro”, voltado para a integração urbana das favelas à cidade e financiado em parceria pela prefeitura e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

5)Portas do Rio - “A cidade do Rio de Janeiro se configura como um centro articulador da região metropolitana e, ao mesmo tempo, como eixo vertebrador da mais importante região econômica do país. Esta situação privilegiada exige que suas portas de entrada e suas infra-estruturas de acesso sejam adequadas para os importantes fluxos econômicos. A qualificação das portas internas, articulando as Zonas Sul, Norte e Oeste com o Centro é um pré-requisito para que o Rio seja um pólo integrador da região metropolitana.” (Ibid: 44). Há um conjunto significativo de ações e projetos no campo das tecnologias de informação visando dotar a cidade de condições de infra-estrutura para atração das empresas da área dos serviços modernos de alto valor agregado. A mais emblemática foi a construção do Teleporto do Rio de Janeiro. Contudo, este projeto se insere em uma estratégia mais abrangente de reestruturação urbana da área da Cidade Nova, no centro do Rio, bairro onde se

encontra instalada a Prefeitura. Somente de forma mais recente, a partir da virada ao século XXI, é que investimentos significativos têm convergido para esta região como: a construção do Centro de Convenções “*Rio Cidade Nova Convention Center*”, uma parceria público-privada entre a Prefeitura e a Racional Engenharia, e administrado pelo Grupo Transamérica.; a construção da nova sede da BR Distribuidora, em fase de conclusão das obras e executadas pelo grupo Confidere Imobiliária e Incorporadora Cidade Nova⁴; e o prédio da nova sede da Sul América Seguros, a ser edificado em 2007 e também sob a responsabilidade da Racional Engenharia. É importante destacar que dentre os resultados alcançados, hoje, por esta estratégia do I PECRJ, encontra-se também a implementação de políticas de reestruturação urbana desta localidade levadas à frente através de parcerias público-privado. Exemplo disso é a fundação do “Grupo de Amigos e Empresários da Cidade Nova”, formado pelas empresas Racional Engenharia e Confidere Imobiliária e Incorporadora Cidade Nova, pela Prefeitura, a Universidade Estácio de Sá, o Metrô Rio e o Instituto Synthesis – este último é o “braço social” da Synthesis Empreendimentos Ltda, uma empresa holding que detém todo o capital social da Confidere Imobiliária e Incorporadora Ltda. . O objetivo do referido “Grupo de amigos e Empresários” é o de “concentrar ações para melhoria do bairro”, conforme as palavras de um dos seus integrantes. Para tanto, foi formulado um “projeto urbanístico conceitual” para a Cidade Nova que conta com o aval da prefeitura.

6)Rio competitivo - “Recuperar a competitividade do Rio, no contexto da economia globalizada, enfrentando os desafios para modernização dos processos produtivos, tais como: o fortalecimento dos setores econômicos tradicionais, o suporte para o desenvolvimento de setores emergentes, a implantação de serviços avançados e a potencialização de tecnologias e inovações.” (Ibid:48). Cabe destacar, do conjunto desta estratégia, o projeto denominado “Custo Rio” pela sua integração a todas as demais estratégias como condição de inserção da cidade nos fluxos e processos do capital global. Articulada a este projeto encontra-se a idéia de inserção da cidade do Rio de Janeiro nas formas de avaliação internacional do “Risco Rio”.

⁴ De acordo com informações coletadas em parecer técnico da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, trata-se de uma organização controlada integralmente pela empresa Confidere Imobiliária e Incorporadora Ltda que atua “na comercialização de edifícios residenciais no mercado do município do Rio de Janeiro. Esta empresa, por meio da Confidere Imobiliária Cidade Nova (...) investiu em um único empreendimento comercial localizado no município do Rio de Janeiro.” O referido empreendimento comercial é a nova sede da BR Distribuidora (disponível em http://www.cade.gov.br/plenario/Sessao_391/Pareceres/ParecerSeae-2006-08012-010841-BCRVII_Ltda-Conconfidere_Ltda.pdf).

7)Rio 2004, pólo regional, nacional e internacional - Esta estratégia foi estruturada integralmente a partir da candidatura do Rio de Janeiro às Olimpíadas de 2004, mas seu lastro ultrapassa, em muito, este horizonte temporal e o evento em questão. “O Rio desenvolverá uma série de projetos com prazos definidos e efeitos sobre a sua imagem interna e externa, de modo a se tornar um pólo de atratividade regional, nacional e internacional. O plano estabelece como marco estratégico o fim do ano 2004, quando serão colhidos resultados expressivos nos campos da atratividade cultural, do esporte e de eventos.” (Ibid: 52). As ações e projetos de marketing da cidade são transversais e sustentadoras desta estratégia e responsáveis pela criação, venda e consumo de uma “marca da cidade”. Para tanto, os grandes eventos e equipamentos urbanos culturais passam a operar como agregadores de valor à marca da cidade. O principal evento que estruturou esta estratégia, após a derrota do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2004, foi a realização dos Jogos Pan-americanos de 2007. Entre o intervalo da conclusão do I PECRJ e a elaboração do II PECRJ, o foco desta estratégia permaneceu o mesmo, alterando-se apenas o evento e o horizonte temporal. O vigor ainda atual desta concepção de desenvolvimento de um “pólo de atratividade regional, nacional e internacional” pode ser medido pela recente inscrição, realizada pela Prefeitura do Rio, para candidatura da cidade à sede das Olimpíadas de 2016. Neste processo estará concorrendo com as seguintes cidades: Madri, Baku, Chicago, Doha, Praga e Tóquio.

É da articulação entre as sete estratégias, seus objetivos, ações e projetos que o I PECRJ ganha vida e institucionalidade. Um primeiro elemento que chama a atenção de quem se debruça sobre os discursos e práticas produzidos pelo plano é a forte enunciação de um contexto de crise do Rio de Janeiro, uma espécie de “ponto zero” do planejamento estratégico. Daí seu paralelo apelo ao espírito de “consenso” e vontade de superação da crise por todos os cidadãos. Jordi Borja chama este elemento de “patriotismo de cidade” (1996). Assim, segundo sua definição, um projeto estratégico de cidade deve resultar da interação dos fatores que se seguem:

- Sensação de crise aguçada pela tomada de consciência da globalização da economia;
- Acordo entre atores urbanos, públicos e privados, e configuração de uma liderança local (política e cívica); e
- ▮ Vontade conjunta e consenso entre cidadãos para que a cidade desse um salto, tanto do ponto de vista físico como do econômico, social e cultural.” (1996:84).

Ainda na mesma “chave” dos fatores formadores do “projeto de cidade” e da centralidade da articulação entre a “*sensação de crise*” e o “*espírito cívico*”, verifica-se a passagem do modelo de sucesso das ditas cidades globais⁵ para as cidades latino-americanas, dentre essas a cidade do Rio de Janeiro. A “reação da cidade”, entendida enquanto *ator político* (Castells e Borja, 1996), se expressaria em uma visão ou *projeto de futuro*, outro nome dado para o planejamento estratégico. Assim, as cidades latino-americanas bem sucedidas e citadas como exemplos são aquelas que adotaram alguma das medidas de requalificação urbana visando a transformação em cidades competitivas e adaptadas, ainda que de forma subalterna, a disputa por um lugar nos fluxos e processos das redes globais do capital. A passagem pretendida é a do “*modelo industrial tradicional para o centro terciário qualificado*” (Castells e Borja, 1996:155). A idéia da “sociedade em rede” oferece o diagrama para se pensar, nomear e se projetar a idéia de cidade. Esta passa, assim, a ter a sua forma organizada como uma rede computacional, ou melhor uma rede informacional, daí o novo nome e sentido definidos por Castells: cidade informacional⁶.

“As grandes cidades latino-americanas emergem, na década de 90, como atores políticos e econômicos. A consolidação deste novo papel dependerá da possibilidade de estímulo de grandes projetos de cidade que contem com uma participação ativa dos principais agentes públicos e privados e conquistem um amplo consenso público. (...) As grandes cidades devem responder a cinco objetivos: nova base econômica, infra-estrutura urbana, qualidade de vida, integração social e governabilidade. (...) A resposta a estes objetivos requer um projeto de cidade cuja construção pode apoiar-se em elementos diferenciados. Um bom exemplo pode ser a sensação de crise que provocou, em algumas cidades,

⁵ Há uma vasta literatura responsável pelo debate teórico das “cidades globais”. Parte-se aqui, centralmente, de Saskia Sassen e sua influência no referido debate. Para tanto, sua obra “As cidades na economia global” (1998) continua a ser referência importante e obrigatória. Contudo, destacam-se algumas outras contribuições relevantes que ampliam os termos e as variáveis deste debate acadêmico e político, a saber: Michael Storper (1997); Edmond Préteceille (1997); Allen J. Scott, John Agnew, Edward Soja e Michael Storper (2001).

⁶ “A era da informação está introduzindo uma nova forma urbana, a cidade informacional.(...) Defenderei que, por causa da natureza da nova sociedade baseada em conhecimento, organizada em torno de redes e parcialmente formada de fluxos, a cidade informacional não é uma forma, mas um processo, um processo caracterizado pelo predomínio estrutural do espaço de fluxos.” (Castells,2002:488). É importante observar, como o faz Ruy Braga (2006), que as relações sociais se encontram subordinadas e encapsulas a uma visão determinista do desenvolvimento tecnológico. A própria idéia de morfologia do espaço, tão cara ao campo da geografia e da sociologia urbana, por exemplo, é negada para em seu lugar se propor as idéias de “fluxo” e ‘processo”.

uma reação conjunta do governo local e dos principais agentes econômicos na realização de uma transformação da infra-estrutura urbana para facilitar a passagem do modelo industrial tradicional para o de centro terciário qualificado. (...) A resposta à consciência da crise se viu facilitada em algumas cidades pela capacidade de conseguir e utilizar um grande evento internacional. Barcelona se converteu em paradigma.” (Ibid:155-156).

Aqui é necessário desmistificar a produção das práticas de transformação das cidades em “cidades-empresa” ou “cidades-mercadoria”, revelando os conteúdos distintos desta transformação quando considerada a cidade do Rio de Janeiro. Neste sentido, um dos primeiros elementos a se considerar é a forma particular como foi apropriada e afirmada a “equação estratégica” rumo ao empresariamento urbano da cidade do Rio de Janeiro: sentimento de crise + patriotismo de cidade = reação da cidade através de um plano estratégico. Se é verdade que no cenário mundial a partir dos anos 90, e em especial nas sociedades latino-americanas, existem vários indicadores da crise urbana das cidades capitalistas, no caso do Rio de Janeiro há um conjunto específico de variáveis que funciona como verdadeiro dinamizador daquela equação anteriormente aludida. Quero me referir à imagem mítica de um “passado glorioso” de cidade-capital e de cidade-estado ou, ainda, de *Rio Nacional* - conforme análise de Mauro Osório (2005). Este passado de um lugar pensado e visto como “síntese da nação” é acionado pela cultura política carioca sempre que se busca explicar as causas ou elementos deflagradores da perda da centralidade econômica e política do Rio de Janeiro no contexto nacional.

O PECRJ elevou exponencialmente esta busca por revisitar e ressurgir o lugar e o papel de cidade estratégica do país como condição para se criar as bases de consenso, tanto sobre o diagnóstico da crise, quanto sobre as alternativas de sua superação. Não casualmente as ações até hoje implementadas pelo PECRJ não foram potencializadoras de institucionalidades inter-regionais. A tradição de não se pensar o Rio como espaço integrado ao seu interior, aos demais espaços locais (metropolitanos ou não) do estado do Rio de Janeiro, encontrou no PECRJ um espaço fecundo para a reedição de novos provincianismos, ainda que sob o manto da proteção de um discurso novamente “cosmopolita”, agora representado pela busca de inserção no mercado mundial das cidades globais.

Estes conteúdos podem ser verificados e analisados nos fragmentos de documentos que se seguem, a começar pelo “diagnóstico da cidade do Rio de Janeiro” que qualifica “*a imagem do Rio de Janeiro consolidada durante o período em que foi capital do país.*” (I

Plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro. Diagnóstico do Rio) como um dos condicionantes da relação da cidade com o entorno geográfico e, paralelamente, as “*conseqüências econômicas e psicológicas da perda da capitalidade*” (Ibid) como um dos seus “pontos fracos”, conforme definição metodológica do diagnóstico da cidade.

“Para tentar aproximar Barcelona do Rio, digamos que as duas cidades passaram por um processo de aparente depressão psicológica. Barcelona cresceu muito nos anos 60 e 70, nos tempos finais da ditadura franquista, durante os quais predominavam as operações de especulação, voltadas para ganhar um determinado terreno qualitativamente bom para as residências e sistematicamente esquecer os elementos de estruturação urbana, como são as infra-estruturas ou os equipamentos. No final do período, Barcelona estava desprovida das mais elementares condições de cidade, de áreas verdes, equipamentos públicos etc. O Rio também tem algo deste processo, a partir do momento em que deixou de ser capital. Portanto, não é tão difícil assim, encontrar um certo objetivo de projeção para o futuro para reconquistar aquele papel. Barcelona precisou realocar sua posição no mundo, enquanto que o Rio a teve sempre e agora, talvez, tenha que conseguir projetá-la a uma posição superior.” (Palestra de Luís Millet. “Seminário sobre as condições urbanísticas das áreas selecionadas para os Jogos Olímpicos”, 1996:29).

“A realização dos Jogos Olímpicos é uma meta importantíssima para o Rio de Janeiro. Durante muitos anos, a cidade ficou deprimida por causa da perda de sua expressividade, deixando de ser capital e, depois, de ser Estado e Cidade-Estado, perdendo assim uma série de condições que efetivamente lhe davam uma posição excepcional nos cenários brasileiro e internacional. Nos últimos anos a cidade vem se recuperando. (...) As Olimpíadas seriam um fecho, não só para esta administração como para a própria cidade, no sentido de seu reequipamento e dotação de condições para que o Rio se transforme numa cidade competitiva e desejável para o próximo milênio.” (Discurso de abertura proferido pelo secretário de urbanismo, Luiz Paulo Fernandez Conde. “Seminário sobre as condições urbanísticas das áreas selecionadas para os Jogos Olímpicos”, 1996:12).

“Nossa motivação nasceu da convicção de que a cidade do Rio de Janeiro precisava romper o ciclo das crises institucionais, econômicas e de crescimento desintegrado, ocorridas nas últimas décadas. Era preciso romper os pontos de estrangulamento e desenhar as novas linhas do crescimento futuro da cidade. (...). A globalização da economia cria novos desafios às cidades no seu processo de desenvolvimento, alterando as condições de atratividade de recursos de capital de investimentos e de talentos. No mundo atual, a cidade tem que ser competitiva.” (Plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro – Rio Sempre Rio, 1996:11).

O olhar do Plano estratégico mira o passado da cidade menos pela busca de alguma experiência a resgatar ou a descobrir, do que pela força que propicia ao adensamento do campo de consenso em torno do próprio diagnóstico da crise e das propostas para sua superação. É neste sentido que o PCRJ afirma qual é a sua visão de futuro para a cidade.

“O futuro não pode mais ser olhado como continuação do passado, nem considerarmos que o êxito do passado signifique o êxito do futuro, pois as mudanças ocorrem em toda a sua plenitude gerando insegurança e incógnita. Mas, as mudanças também podem beneficiar. Haverá maior demanda por todos os tipos de serviços, a exemplo de lazer, cultura, educação, compras, com grandes transformações dessas atividades produzindo novas demandas de emprego. A mobilidade de pessoas e mercadorias fará crescer as necessidades de mecanismos eficientes de distribuição e comunicação. O sistema educativo deverá sofrer transformações: formação continuada, educação à distância e formação profissional integrada com as empresas, serão algumas das mudanças previsíveis. Os métodos de trabalho também serão modificados com o crescimento dos *telecomuters*, proporcionando mais tempo livre, mais lazer, maior necessidade de reciclagem. Cresce a preocupação com a qualidade e preservação do meio ambiente, que se converte em condição fundamental para o desenvolvimento.” (As cidades no século XXI – PECRJ, 03/09/2002)

Torna-se fundamental compreender, portanto, sobre quais conteúdos do chamado “projeto de cidade” ou sobre qual concepção de cidade se buscou o consenso e que tipo de consenso. Foi a partir desta compreensão preliminar que o PECRJ chegou à formulação das estratégias de intervenção sobre a crise do trabalho e do emprego na cidade do Rio.

Cidade como “ator social”, cidade como pólo ou nó de processos e fluxos de redes globais, cidade como empresa, cidade como mercadoria, cidade como marca. É da síntese destes elementos que os discursos de formulação do “projeto de cidade” partem e afirmam o lugar das cidades e do Rio de Janeiro na rede global do mercado de cidades. Mesmo diante da longa citação de fragmentos do discurso do planejamento estratégico, vale o recurso a este procedimento pela articulação entre os diferentes trechos.

“...cresce o papel das cidades como pólos de atratividade, dos fluxos de informação, dos processos de decisão e dos movimentos de capitais e mercadorias, em processos econômicos mais interligados e interdependentes. Os fenômenos mais expressivos são a globalização do mercado financeiro e o aparecimento do conceito de cidades globais. A competição entre países e entre cidades passou a ser de fundamental importância para o seu desenvolvimento. Como foram antes os recursos naturais, o capital deixou de ser uma das vantagens competitivas dos países e das cidades. Qualquer investidor que apresente um projeto suscetível de

gerar ‘benefícios globais’ pode obter capital em qualquer lugar do mundo.” (I PECRJ – Rio Sempre Rio, 1996:18-19).

“... o plano será um instrumento novo para a intervenção na cidade, definindo ações imediatas que permitam sua transformação e adaptação ao novo ambiente econômico e social, resolvendo confrontos da lógica do mercado e da lógica do cidadão e buscando objetivos e linhas estratégicas mais adequadas para posicionar-se no mercado de cidades.” (I PECRJ – Rio Sempre Rio, 1996:19).

“O Rio tem, na sua imagem, um atrativo valioso e elemento decisivo para o seu desenvolvimento. Muitas de suas atividades estão estruturadas sobre este fator de atratividade. Cultura e lazer, esporte e turismo são importantes como geradores de emprego, de integração social e ‘marca’ do Rio.(...)O diagnóstico deixou evidenciada a necessidade de se desenvolver um esforço de marketing ...” (I PECRJ – Rio Sempre Rio, 1996: 51).

“Marketing da cidade, redefinindo a sua imagem e criando um ‘Produto Rio’, através de um Plano Cooperativo e de um Plano Operacional de Marketing do Rio, baseados nas transformações em curso e a se realizar que reforcem suas atratividades e suas singularidades. Estas ações definirão marcos estratégicos para a ação público-privada e buscarão atrair sedes de organizações e associações públicas e privadas.” (I PECRJ – Rio Sempre Rio, 1996:51)

“A concepção das cidades como pólos infra-estruturados que articulam redes e fluxos de pessoas, de idéias, de informação, de capitais e de mercadorias encontra no Rio, um espaço onde os pontos fortes serão a localização estratégica e as redes de infra-estrutura.” (I PECRJ – Rio Sempre Rio, 1996: 43).

“Surge um novo conceito de metrópole. Não mais uma área que cresce por justaposição de bairros hierarquizados (...).A sua importância será medida pelo potencial de suas relações e pela capacidade de conexão com outros nódulos urbanos.(...) Há uma hierarquia flexível de cidades. As cidades globais; as cidades continentais que competem em segundo nível no campo dos negócios e investimentos; e as cidades regionais que se relacionam com a economia global, geralmente especializadas em determinadas atividades. Na medida que a economia global se consolida aparecem novas áreas, que por sua especialização em determinadas atividades, ou por sua capacidade de conectar-se à rede, se convertem em cidades nódulos da nossa sociedade.(...)Um grande número de cidades adotam o planejamento estratégico urbano a exemplo de: Barcelona, Bilbao, Guadalajara, Lisboa, Quito, São Francisco.” (As cidades no século XXI – www.rio.rj.gov/planoestrategico , 03/09/2002)

O conjunto destes fragmentos monta um mosaico de sentidos e interesses que fundamenta o ajuste urbano da cidade do Rio de Janeiro. Há muito mais elementos que compõem esta cena fragmentada da cidade. Contudo, interessa destacar a relevância das

estratégias de marketing urbano e a sua associação às políticas de reestruturação urbana e de qualificação de novas centralidades. Neste sentido, a estratégia “Rio 2004, pólo regional, nacional e internacional” deflagrou uma gama de ações “agressivas” da cidade em busca de “grandes eventos” ou “produtos emblemáticos” que vendessem a imagem da cidade como uma espécie de “Marca Rio de Janeiro”. Afinal, a cidade não se vende se não estiver na “vitrine” ou, como afirma Otília Arantes, “*se não se fizer acompanhar por uma adequada política de image-marketing.*” (2000:17).

A “compra” frustrada de uma filial do museu Guggenheim, assim como as políticas de candidatura da cidade do Rio para sediar grandes eventos esportivos internacionais, merecem uma atenção especial neste imenso mosaico.

Data de 2002 o início dos acordos entre a prefeitura do Rio e a Fundação Solomon Guggenheim para a construção de uma filial do museu na cidade. Em abril do ano de 2003 foi assinado o contrato entre as partes que, logo em seguida, se tornou objeto de ação popular - movida pelo vereador Eliomar Coelho, na época, integrante do Partido dos Trabalhadores (PT). A seguir são destacados alguns dos momentos do debate na imprensa que flagram o papel subordinado das cidades frente ao capital transnacional das grandes corporações. No caso do museu Guggenheim, são as corporações culturais e do entretenimento⁷ que ocupam a cena.

“(…) mesmo sem entrar no mérito da iniciativa, e ainda que esta fosse a maneira mais adequada de gastar US\$ 133 milhões (lá fora se fala em US\$ 250 milhões), por que se submeter a tão drásticas imposições? Para evitar outras discussões vamos aceitar a idéia do museu e só falar das condições. A primeira em absurdo obriga a prefeitura a pagar mais nove milhões como parcela inicial pelo uso do nome, mesmo que o projeto não saia. O total seria de US\$ 40 milhões, mas depois que a editora de arte do *Wall Street Journal*, Lee Rosenbaum, denunciou que isso significaria o dobro do que foi cobrado a Bilbao, o preço baixou para US\$ 28.650.000. Uma outra cláusula exige que o município se comprometa a cobrir os

⁷ Neste circuito, onde uma espécie de “divisão do trabalho” é responsável pela produção dos produtos da cidade ou da cidade como produto, surge uma especialização do segmento dos produtos de entretenimento cultural associados à grande indústria mundial audiovisual. A este respeito sugere-se o artigo de Saskia Sassen e Frank Roost que aborda o fenômeno da produção social do espaço da indústria global do entretenimento com destaque para o crescimento das cidades temáticas ou cidades como parques temáticos. Segundo a autora, “as cidades que produzem o entretenimento são as mesmas que o consomem, dando origem também a uma nova forma de turismo urbano relacionada à mídia que faz da própria cidade, especialmente a cidade global, um objeto de consumo – a cidade como parque temático.” (Sassen e Roost,2001:66) . Sem pretender estabelecer aqui uma mera adaptação do texto referido, cabe a indagação se a produção parcelar e especializada da cidade do Rio de Janeiro em “pedaços de cidade” como as atuais “cidade do samba”, “cidade da criança”, “cidade da música”,entre outras que certamente ainda estão por vir, não seria uma espécie de tematização do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro pelo viés dos bens culturais e do entretenimento.

déficits operacionais do museu durante dez anos, ou US\$ 12 milhões anualmente. Além dos US\$ 2,1 milhões que já pagamos pelo estudo de viabilidade, pagaremos 12.563.000 de euros (mais de R\$ 48 milhões) ao arquiteto Jean Nouvel. Durante a construção, o município ainda vai remunerar a Fundação Guggenheim pela supervisão das obras em mais de US\$ 4 milhões, divididos em parcelas de US\$ 836 mil anuais, de 2003 até 2007. Como lembrou o juiz João Marcos Fantinato ao conceder a liminar, o contrato cria obrigações financeiras que vão muito “além do mandato da atual administração municipal” (Jornal O Globo, Coluna de Zuenir Ventura, 18 de junho de 2003:7)

“Como se não bastassem os altos custos, o contrato encontra-se repleto de irregularidades. Uma delas é que será regido pelas leis de Nova Iorque e com arbitragem em Londres. Ou seja, qualquer pendenga judicial terá que ser resolvida na Inglaterra. A duração do negócio é de 25 anos, podendo ser renovado por mais 25 anos e com chance de nova renovação por igual período de tempo. Traduzindo: é negócio para até 75 anos. (...)O prefeito César Maia e a Fundação Guggenheim fizeram sigilo absoluto sobre a transação. Não enviaram o projeto nem mesmo para a apreciação da Câmara Municipal, ato inaceitável quando se trata de gestão de finanças públicas. A cidade somente tomou conhecimento das negociações realizadas entre o município do Rio de Janeiro e a Fundação Guggenheim quando da publicação do relatório conclusivo do estudo de viabilidade, e posteriormente, com a assinatura do contrato draconiano. Como explicar tal conduta?” (Jornal O Globo, Coluna Tema em Debate, 24 de junho de 2003: 07).

Os altos custos do empreendimento refletem os mecanismos de máxima exploração do valor da marca “Guggenheim”. A cidade que compra produtos ou serviços culturais, como no caso do museu em questão, compra também os direitos sobre a marca à espera que estes agreguem valor à própria “marca da cidade”. Assim, o circuito das trocas só se fecha quando a própria cidade se torna um objeto de consumo. É este o raciocínio mercantil que justifica os altos investimentos feitos pela cidade, segundo o próprio prefeito do Rio de Janeiro. A construção do museu Guggenheim faz parte das ações de reestruturação urbana da zona portuária do Rio, planejadas pela estratégia “Rio Integrado” do I PECRJ, que envolvem um conjunto significativo de intervenções com o objetivo de revitalizar a região do Centro dotando-a de uma nova centralidade para a cidade.

Importa destacar que a região do Centro da cidade, há décadas, vem perdendo população e negócios, a despeito de ser uma das áreas mais bem infra-estruturadas da região metropolitana. Não está em discussão a necessidade e a importância de políticas de integração e desenvolvimento entre os diferentes territórios urbanos da cidade. São estas políticas, por exemplo, que permitem pensar antigas e novas horizontalidade entre diferentes territórios

contíguos, formando o que Milton Santos (2005) chama de base de vida comum, capaz de estimular a criação de referências, normas e solidariedades locais e regionais. Todo o debate atual (Ribeiro, 2004) em torno da necessária retomada da dimensão metropolitana das políticas urbanas (e das institucionalidades daí derivadas) atesta a importância e urgência desta questão.

Pensar e fazer a cidade a partir fundamentalmente dos vetores verticais de estruturação do espaço é uma força poderosa de dominação atual, mas que não se realiza sem a adesão e o agenciamento do espaço local, posto que a dimensão do lugar não é passiva. Pelo contrário, são as práticas empreendidas pelos sujeitos locais (e isto não significa que tais sujeitos não sejam também globais) e tomadas em sua dimensão de classe que imprimem conteúdo e direção às opções historicamente deliberadas de produção do espaço.

Nesse sentido, a cidade não é um ator, como insistem Castells e Borja (1996), mas também não deve ser encapsulada a partir de posições pouco elásticas que iniciam na definição de cidades em posições globalmente estratégicas para chegar aos nós capilares de uma rede mundial de cidades “penduradas” em alguns poucos centros nervosos. Ambas as posições possuem o inconveniente de não lidarem com a simultaneidade tempo-espacial característica do desenvolvimento das sociedades e que, ao contrário de gerar homogeneidade, produz a diversidade inter e intra-territorial..

A polarização do debate teórico em termos de cidades que se especializam em funções pós-industriais e aquelas que permanecem herdeiras e mergulhadas na crise do paradigma industrial de acumulação, não permite pensar nem os espaços de fronteiras nem o embaralhamento entre estes espaços.

A este respeito Préteceille (1997) já alertou para os riscos e armadilhas existentes no debate teórico das *global cities*, em particular, para os limites da análise em tono de modelos ideais que não permitem compreender as conexões e as zonas híbridas que se estabelecem quando da produção social e espacial do desenvolvimento econômico. Notadamente, interessa aqui destacar os componentes de especialização e terciarização das cidades fortemente acoplados ao modelo das *global cities* (Sassen, 1998). Mas também as demais referências teóricas da sociedade pós-industrial - à exemplo do pensamento de Manuel Castells (2002) - de onde muitas das estratégias e políticas do empreendedorismo urbano e do planejamento estratégico das cidades arrancam sua força.

O Rio de Janeiro, flagrado a partir do seu planejamento estratégico, é um exemplo rico para se pensar os limites e as virtuosidades do referido debate. Primeiro, porque o plano estratégico é elaborado a partir de um modelo de cidade considerada já como um exemplar “pós-industrial”.

O que é importante frisar aqui é o poder do “fetiche da imagem” que se pretende criar sobre a cidade. Entender, por exemplo, porque os formuladores das políticas urbanas e os gestores da cidade precisam do símbolo da cidade do terciário avançado para falar da (e vender a) própria cidade. Aqui se abre uma fenda importante à imaginação sociológica do espaço urbano, posto que a tradicional discussão teórica do fetiche da mercadoria transborda o locus clássico do espaço produtivo e suas bases materiais de produção. Assim, é para um outro campo destas relações mercantis que interessa desviar o olhar e instigar a imaginação sociológica. Este campo é formado pelo o que aqui é denominado, em interlocução com Arruda Fontenelle (2002) o “poder da marca” da cidade.

É importante destacar que, assim como o “negócio” da marca não é propriamente ou apenas gerar uma imagem, mas a capacidade da imagem agregar valor ao produto ou serviço que será consumido, não se trata apenas de planejar estrategicamente o marketing da cidade, mas fazer com que esta atividade conecte a cidade à cadeia de valor do processo de acumulação capitalista. Ou seja, a “marca” da cidade do Rio de Janeiro deve operar como “diferencial” no interior das relações de acumulação capitalista. Deve responder a pergunta formulada pelo próprio PECRJ: qual é o fator de atratividade da cidade?

Mas a produção de uma “marca da cidade” do Rio de Janeiro opera a partir de um campo imagético fortemente associado ao consumo, ou melhor, vender a cidade significa inserir o espaço local no circuito das trocas produtivas e financeiras do capital atraindo os fluxos globais deste circuito para a cidade e reproduzindo, muitas vezes, uma forma subalterna de inserção. Estes investimentos, quando adquirem a forma econômica dos bens e serviços que estruturam o segmento da “economia do efêmero”, demandam um mercado consumidor estruturado a partir de uma alta capacidade de consumo baseado na aceleração do tempo da própria “vida útil” e do valor-de-uso da mercadoria/serviço a ser consumida. Como esclarece Lefebvre,

“O signo é comprado e vendido; a linguagem torna-se valor de troca. Sob a aparência de signos e de significações em geral, são as significações desta sociedade que são entregues ao consumo. Por conseguinte, aquele que concebe a

cidade e a realidade urbana como sistema de signos está entregando-as implicitamente ao consumo como sendo objetos integralmente consumíveis: como valor de troca em estado puro.” (2001:64).

Mas o “salto” que demanda ser dado é o de se “consumir a cidade” como uma mercadoria tão efêmera quanto as mercadorias que circulam através dela. Assim, a cidade escapa crescentemente à definição de formas mais duráveis. Ou melhor, a sua forma é cada vez mais esta capacidade de “transmutar” ou “escapar” a própria forma, naquilo que ela traz de elemento mais “durável” e permeável à regulação pública.

A lógica da mercadoria invade a própria estruturação da experiência do tempo de forma a propiciar, entre outros elementos, a produção incessante e acelerada de “necessidades desnecessárias”. Assim, a forma da mercadoria escapa, cada vez mais, a definição de horizontes temporais mais dilatados e atua, sob a sua própria expressão material e simbólica, “apagando os seus rastros” para que uma nova e tão efêmera forma surja em seu lugar.

Assim, não se trata apenas de associar a imagem da cidade ao segmento do terciário avançado, mas de recortar e privilegiar aquele segmento das atividades econômicas voltado para a economia do efêmero (os bens e serviços culturais mercantilizados e de forte impacto midiático, os grandes eventos esportivos ou similares, a indústria do entretenimento e o modelo dos *shoppings centers* como espaços centrais da circulação e do consumo etc.). Desta forma, a associação entre as características tempo-espaciais da produção, da circulação e da realização do valor, neste segmento dos serviços, depende de um espaço urbano cada vez mais planejado de forma flexível e adaptado a estas características.

O Rio de Janeiro possui a liderança de alguns dos principais segmentos econômicos da chamada “economia do efêmero” que são elaborados, hoje, enquanto cadeias produtivas pelos segmentos empresariais do comércio, dos serviços e da indústria. Assim, por exemplo, o recente documento da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN, intitulado “Mapa do desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro – 2006-2015”, reitera a posição estratégica do Rio de Janeiro, frente às demais regiões do Estado, a partir da sua vocação em atividades de serviços. É este perfil que o posiciona em uma divisão territorial do trabalho e da economia do estado do Rio onde os chamados serviços avançados e a indústria criativa e do conhecimento se concentram na capital, enquanto que algumas regiões do interior e a região metropolitana passam a caracterizar as atividades tradicionais do

desenvolvimento industrial. Como o documento afirma, “*Nesse processo, a cidade do Rio de Janeiro segue sua explícita vocação especializando-se em serviços – tais como o turismo, as telecomunicações e a indústria criativa e do conhecimento – enquanto que as atividades industriais tradicionais migram para a periferia metropolitana*”. (FIRJAN, 2006). Ainda no referido documento encontram-se formulados as propostas dos principais “segmentos âncoras” do desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro⁸, dentre estes está o fortalecimento da cadeia produtiva do turismo de lazer e de negócios e o fortalecimento da indústria do conhecimento. Quanto ao primeiro segmento, o desenho da referida cadeia produtiva posiciona uma pluralidade de agentes, setores e atividades econômicas onde se destacam os chamados “setores líderes” da cadeia. É aí que se encontram os ramos de hospedagem, alimentação, promoção de eventos, operadoras turísticas, agências de viagens e de entretenimento. Não casualmente uma das principais forças de produção e estruturação do espaço no Rio de Janeiro e em São Paulo é a da “*indústria de shopping centers*”, conforme designação do discurso empresarial. Segundo dados da Associação Brasileira de Shopping Centers⁹ – ABRASCE, esta “*indústria*” possui uma clara concentração dos empreendimentos na região sudeste (55,8% do total) e os municípios de São Paulo e Rio de Janeiro são as cidades líderes com respectivamente 13,6% e 8,7,% do total dos *shopping centers* no Brasil. Quando somadas as participações destes municípios ao conjunto dos seus estados, estes indicadores sobem para 47,1% e 21,7%, respectivamente. Faz parte das tendências atuais de reestruturação deste setor a adoção de estratégias de uso misto do espaço, ou densificação dos *shopping centers*. Isso significa diversificar as atividades comerciais e de serviços oferecidas pela cadeia e presentes dentro de um mesmo espaço edificado. A partir deste novo perfil os *shopping centers* passam a abrigar universidades, cursos diversos, academias, agências de turismo e viagens, teatros e salas de espetáculos, mas também hotéis e torres de negócios e de

⁸ Os segmentos âncoras são, na verdade, objetivos prioritários do mapa do desenvolvimento. Merece destaque o fato da cadeia produtiva do turismo e da indústria do conhecimento, onde estão inseridos diversos segmentos econômicos estruturadores da economia do efêmero, terem peso central no conjunto dos segmentos âncoras. O que demonstra uma concepção - por parte de um tradicional órgão de classe dos empresários, como a FIRJAN - que opera um deslocamento sensível no campo do sentido e da idéia de desenvolvimento e, em particular, de desenvolvimento industrial. O conjunto dos segmentos âncoras é assim composto: 1) fortalecer a cadeia produtiva de petróleo, gás e segmentos adjacentes; 2) fortalecer a cadeia produtiva do turismo de lazer e de negócios; 3) fortalecer a indústria do conhecimento no Rio de Janeiro; 4) estado destaque na exportação de produtos e serviços; 5) referência internacional de turismo; 6) referência nacional em produção de conhecimento;

⁹ Dados disponíveis no site <http://www.abrasce.com.br>.

residências. Assim, tal processo de densificação faz dos *shopping centers* um dos principais componentes na cadeia produtiva do turismo.

Quanto ao segundo “segmento âncora”, expresso no objetivo de fortalecer a indústria do conhecimento no Rio de Janeiro, vale destacar a parte do documento da FIRJAN onde se explicita a concepção do desenvolvimento pretendido.

“Durante a era industrial a criatividade humana era perfeitamente divisível em três atividades distintas: análise e controle do mundo físico: ciência; organização dos processos de negócios e geração de riqueza: gestão e empreendedorismo; criação de atributos que se comunicam e interagem com as pessoas: artes e humanidades. Esse conceito vem sendo gradativamente substituído por um entendimento diferente de indústria, no qual a matéria-prima não é o aço ou o carvão: e sim, a informação. Nesse novo mundo, os produtos mais valiosos são idéias e significados, produzidos não por máquinas, mas pela imaginação. Os produtos com forte conteúdo de criatividade, ou culturais, estão em setores que vêm apresentando as maiores taxas anuais de crescimento no mundo, entre 5% e 20%. (...) As economias modernas mais bem sucedidas são exportadoras de cultura para o mundo. Segundo o Departamento de Cultura, Mídia e Esporte do Reino Unido, *Creative Industries* são aquelas atividades que têm suas origens na criatividade individual, habilidade e talento, com alto potencial de geração de emprego e renda, através da criação e exploração da propriedade intelectual. Essas atividades incluem os setores de publicidade, arquitetura, mercado de artes e antiguidades, artesanato, *design*, moda, música, cinema, *software*, artes cênicas, editoração, televisão e rádio.” (FIRJAN, 2006)

Em vários destes setores, o documento reconhece a posição de liderança do Rio de Janeiro. A condição de “capital brasileira do audiovisual” é apenas um dos indicadores de tal posição. Conforme dados do boletim eletrônico “sala de imprensa”, da ACRJ, a cidade do Rio de Janeiro

“é a sede dos mais importantes órgãos de apoio e fomento à produção audiovisual, como a Ancine, a Riofilme e o Centro Técnico Audiovisual (CTAV). A cidade conta ainda com os mais respeitados laboratórios e os melhores e maiores estúdios brasileiros. Nada menos que 60% das empresas produtoras de cinema estão instaladas na cidade, dentre elas a Globo Filmes, que possui 9 das 10 maiores bilheterias de filmes nacionais da última década. No centro desta cadeia produtiva está a Rede Globo de Televisão, que também tem sede no Rio de Janeiro. Hoje, a Globo é a quarta rede de televisão do mundo, e a primeira em produção e exibição de conteúdo próprio.” (Boletim Sala de Imprensa, agosto/setembro de 2006)

Dentro deste campo de produção e disputa de sentido em torno do que se entende por desenvolvimento urbano-industrial, a cidade se transforma em palco importante de antigas e novas formas de dualização do que se nomeia como “tradicional” e “moderno na sociedade.

De tal forma que ao par sociedade informacional X sociedade industrial também correspondem outras tantas dualizações como a da cidade tradicional X cidade informacional.

No caso do Rio de Janeiro, a imagem de uma antiga centralidade nacional perdida e agora reinventada na forma da cidade da indústria e dos serviços modernos, caminha de forma articulada à construção de uma imagem também mítica como lugar da “natureza exuberante”, “cidade maravilhosa”, de um “povo receptivo, alegre e acolhedor”, além de “terra do samba e do Carnaval”. Tal figuração da cidade pode ser compreendida a partir do que Harvey (2005) qualifica, através da interlocução com Bourdieu, como poder do capital simbólico coletivo. Este capital pode ser apreendido através da estratégia do PECRJ de criação de uma “marca da cidade” capaz de funcionar a partir de *“marcos especiais de distinção vinculados a algum lugar, dotados de um poder de atração importante em relação aos fluxos de capital”* (Ibid:233). Ou seja, a “marca” se territorializa na exata medida em que passa a organizar a produção da cidade. As inúmeras imagens produzidas a partir deste processo devem ser compreendidas enquanto expressões simbólicas e materiais da produção do espaço que é, também, produção e reprodução das condições da valorização capitalista.

O II PECRJ e o “ajuste urbano” da cidade

O discurso da gestão financeira eficiente e competitiva como a de uma empresa é uma marca forte da gestão César Maia. Mas é necessário ultrapassar este primeiro patamar de associação pessoal para articulá-lo às bases mais profundas de poder que pressionam as margens de autonomia e ação dos governos tanto locais quanto nacionais. Interessa aqui discutir a escala de atuação das redes transnacionais extensivas (Scott, Agnew, Soja e Storper, 2001), através das quais organismos como o Banco Mundial atuam sobre os espaços locais das cidades. Um primeiro exemplo da arquitetura institucional destas redes pode ser buscado na atuação de agências internacionais de classificação da condição de “risco” dos diferentes territórios.

A “gestão eficiente” da cidade, além de motivo de “orgulho”, é, também, “moeda de troca” para captação dos recursos financeiros no mercado mundial. É aqui que a estratégia “Rio Competitivo” formulada pelo I PECRJ encontra seu maior poder de concretização, notadamente através da construção do indicador do “Risco Rio”. Para se alcançar e medir

uma gestão eficiente e um ambiente de negócios favorável, a situação financeira do Rio de Janeiro precisa passar pelos processos de classificação das agências de qualificação de risco de crédito a fim de se transformar em uma referência “sólida” para o capital mundial. Ou seja, além de buscar reduzir o chamado “custo Rio” é necessário reduzir o “risco Rio” sem o qual não se conquista uma posição no mercado mundial das cidades. Esta parece ser uma lição não apenas aprendida pela Prefeitura, como também valorizada.

“A solidez financeira da cidade pode ser comprovada na avaliação da *Moody’s Investors Service*, agência internacional de análise do risco de crédito, que este mês elevou a posição da cidade em relação à capacidade de contrair dívida em moeda estrangeira do nível B1 para B1 positivo, mesmo nível de avaliação do Brasil. De acordo com as regras das agências internacionais de avaliação de risco de crédito, uma cidade ou um estado não pode ultrapassar a classificação conferida ao seu país. Esta melhora no *rating* confirma a trajetória já delineada em setembro do ano passado, quando a agência elevou a nota do Município do nível B2 para o B1. A *Moody’s* é uma das mais conceituadas agências de qualificação de risco de crédito do mundo e os seus relatórios avaliam a receita e o patrimônio, que servem como referência para as tentativas da Prefeitura de captar recursos de fontes nacionais e estrangeiras.” (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, janeiro de 2005:01).

Longe de ser uma ação visionária e pioneira da cidade este é uma espécie de “passo-a-passo” definido pelo Banco Mundial em sua nova estratégia para os governos locais dos municípios. Estes passaram a compor uma nova política de fomento do Banco que ampliou sua “carteira de clientes” na transição dos anos 90 para o novo século XXI.

Já se encontra presente no documento “*Ciudades en Transición*” um conjunto de princípios balizadores das políticas de desenvolvimento econômico local para as cidades e que define um novo marco de aprofundamento dos ajustes dos países subdesenvolvidos, como o Brasil. Assim, sob os títulos de “Boa Gestão de Governo e Administração” e “Solvência Financeira” encontram-se explicitadas “*as condições básicas da produtividade urbana, necessárias também para que as cidades se tornem competitivas e com aptidão empresarial no mercado mundial*” (Banco Mundial,2000:15). Quanto ao primeiro tema são estimulados: o desenvolvimento de projetos urbanos financiados pelo BIRD como laboratórios práticos dos governos municipais; as parcerias público-privadas visando o alargamento da participação do setor privado na prestação dos serviços urbanos e a concentração da ação do Estado em uma “gestão eficiente” “para que os pobres sejam beneficiados” (Ibid:17); o intercâmbio de “boas

práticas” e a capacitação dos recursos humanos dos governos locais nas técnicas de gestão urbana.

Já no segundo tema, “solvência financeira”, encontram-se as recomendações que permitem viabilizar a visão do BIRD sobre a equação “competitividade + cidadania plena”, a mesma visão que estruturou o I PECRJ. Isto significa tornar os trabalhadores pobres e dos segmentos informais da economia em contribuintes e clientes dos serviços públicos que, por recomendação do próprio Banco, devem estar sob a responsabilidade das parcerias público-privado. Assim, a cidadania inicia e se encerra na esfera do consumo e para tanto precisa de “bons cidadãos” que estejam inseridos nos procedimentos formais de consumo, de crédito, de recolhimento de impostos e taxas, nem que, para isso, seja necessário organizar novas políticas e sistemas específicos voltados para os segmentos mais pobres.

Na verdade, o que se assiste mais intensamente a partir de 2000 é a verticalização, rumo aos municípios, dos programas de ajuste dos Estados latino-americanos, levados à frente nos anos 90 e que possibilitaram, no caso brasileiro, a instituição do Programa Nacional de Desestatização (PND). A partir deste processo o que se assistiu (no país, e nas esferas estaduais), foi uma avassaladora “transferência patrimonial”, o desmonte do poder regulador do Estado e a quebra do próprio sentido de “serviço público”.

A descentralização do PND para os estados da federação seguiu as recomendações do BIRD através da “Estratégia de Assistência ao País”, para o período 1998-2000¹⁰. As ações propostas nesta estratégia ampararam-se no seguinte diagnóstico: *“O ajuste das finanças do setor público está atrasado. É necessária atenção essencial para melhorar o desempenho fiscal nos níveis subnacionais (estaduais) e para privatizar empresas públicas.”* (Banco Mundial, Apud Viana Jr.,1998:126). As ações planejadas a partir deste diagnóstico recomendaram:

- Gastos públicos: reduzir despesas com trabalho após a reforma do funcionalismo público;
- Impostos: melhorar sistema de impostos sobre valores agregados;
- Previdência social: introduzir sistema financeiramente viável;

¹⁰ Indica-se, para aprofundamento do tema, a coletânea da Rede Brasil “As Estratégias dos Bancos Multilaterais para o Brasil” que inclui a “Estratégia de Assistência ao País”, elaborada em 06 de março de 2000 pelo BIRD. Da mesma forma, se encontra incluído na coletânea o “Documento de País”, elaborado pelo BID para o Brasil, em 07 de junho de 2000. A este respeito ver (Viana Júnior, 1998 e Barros, 2001).

- Bancos: fortalecer a supervisão, reduzir o papel dos Bancos Estaduais através da privatização e reestruturação;
- Continuar o programa de privatização para outras empresas federais e estaduais públicas. (Banco Mundial, Apud Viana Jr.,1998:126).

O estado do Rio de Janeiro, através do então governador Marcelo Alencar, obteve uma linha de financiamento do Banco Mundial¹¹, em 1997, no valor de US\$250 milhões, para encaminhar o Programa Estadual de Desestatização (PED). No início deste processo foram incluídas 27 empresas no PED. O saldo do PED, no final dos anos 90, foi o desmantelamento da base pública dos serviços de infra-estrutura urbana e a privatização do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ).

Do ponto de vista do mercado de trabalho, foi um duro golpe sofrido na classe trabalhadora. De uma forma geral, o número de pessoas ocupadas na administração pública no estado do Rio de Janeiro diminuiu 10% entre os anos de 1996 e 1999, conforme dados dos anuários estatísticos do estado do Rio de Janeiro de (CIDE, 1998 e 2001).

Diante deste contexto, pode-se afirmar que, enquanto o I PECRJ sofreu a influência direta dos consultores catalães, o II PECRJ acompanhou de perto as recomendações do BIRD, a partir de sua entrada mundial no “mercado do planejamento estratégico”. Isto não significa, contudo, o abandono das influências anteriores, pelo contrário.

A influência do BIRD pode ser melhor avaliada através das propostas de desenvolvimento econômico local produzidas pelo Banco para a cidade. No ano de 1999, o Banco Mundial elaborou um documento intitulado “Rio de Janeiro: um estudo da cidade (partes I e II)”. Neste estudo, o BIRD afirma o novo lugar da cidade no contexto nacional e define seus objetivos com o estudo do Rio de Janeiro:

“O governo municipal que, no passado, atuou principalmente no planejamento e desenvolvimento urbano, agora está sendo pressionado a começar a desempenhar um papel importante na promoção do crescimento econômico da cidade e no projeto de redes de segurança para os menos favorecidos da cidade. (...) Os objetivos do estudo são ajudar o governo municipal a conceber políticas e programas para:

- restaurar o crescimento econômico em base ampla e sustentá-lo acima da média nacional ao mesmo tempo reduzindo sua volatilidade;

¹¹ Segundo o Banco Mundial, o montante de recursos previstos pelo governo do estado do Rio para o Programa Estadual de Desestatização estava estimado, à época, em US\$5.9 bilhões.

- combater a pobreza através de melhor direcionamento, de tal modo que enquanto os índices agregados de pobreza sejam reduzidos por meio de um crescimento mais rápido, aqueles que permanecem na pobreza recebam assistência apropriada;
- manter a disciplina fiscal, estabelecendo fronteiras apropriadas para a Prefeitura que ajudem a melhorar a qualidade dos serviços municipais ao mesmo tempo em que mantenham a proporção de dívida e receita corrente abaixo de um.” (Banco Mundial, 2001:09).

A agenda do BIRD “para o futuro” do Rio enfatiza a necessária mudança do perfil de dependência econômica da cidade em relação ao Governo Federal, principalmente em termos de financiamentos internos e transferências. A solução estaria no incremento das parcerias público-privado. Por isso o Banco é “efusivo” em sua avaliação positiva sobre o I PECRJ¹².

De forma análoga, com repercussões diretas sobre o ajuste fiscal da cidade, está o incentivo à disseminação do princípio de focalização das políticas sociais e dos serviços urbanos, de forma a diminuir a participação do princípio da universalização na estruturação das políticas públicas e abrir o “mercado” às parcerias privadas. Medidas essas que, segundo o BIRD, se tornam necessárias principalmente frente ao contexto crescente de transferência de responsabilidades sociais e urbanas para as municipalidades o que contribui, segundo o Banco, para o déficit fiscal local. A focalização é o princípio que assegurará ao poder público que os recursos não “vazarão” de forma significativa para os não-pobres, conforme afirmação do próprio banco.

Seguindo a classificação do BIRD chega-se a três recortes quanto aos tipos de programas sociais e suas coberturas: 1) universal; 2) moderadamente direcionado; e 3) direcionado aos pobres. Ainda de acordo com o banco, “ (...) *Expandir programas selecionados com enfoque na pobreza. Aumentar a cobertura no terceiro conjunto de programas é em potencial a melhor alternativa através da qual a Prefeitura pode ajudar os mais pobres da cidade do Rio, desde que o vazamento para os não-pobres seja mantido baixo.*” (Banco Mundial, junho de 2002:05

O conjunto da agenda do Banco Mundial para o ajuste urbano da cidade do Rio de Janeiro e, em especial, a avaliação e a recomendação do BIRD acerca da associação entre eficiência das políticas sociais e a sua focalização para a população pobre urbana, adquire

¹² A avaliação positiva do Banco Mundial sobre o PECRJ já virou uma espécie de selo de qualidade a certificar o plano, de tal forma que o II PECRJ retira parte de sua legitimidade desta espécie de certificação de “boas práticas” obtida pela experiência.

maior significado quando considerado o contexto atual de crescimento do desemprego e das formas de trabalho não assalariado. Ou seja, o que se pretende demonstrar é que do entrelaçamento entre as formas de gestão do empreendedorismo urbano da cidade, as formas de regulação da crise do trabalho e as formas de regulação sobre o crescimento da pobreza urbana, emerge uma questão política e econômica importante. A quebra da promessa integradora do trabalho assalariado, que se espraia com maior força na transição aos anos 90, faz surgir o difuso campo do chamado empreendedorismo que passa a operar, mais do que a própria idéia de mercado informal, como adensador e centro gravitacional de inúmeras formas de trabalho já despidas de qualquer conteúdo ou forma do emprego (Machado da Silva, 1997, 2002 e 2003 e Colbari, 2006)

É deste cenário polissêmico que emerge o que aqui é nomeado como mercado de trabalho da exceção para os trabalhadores pobres das favelas do Rio de Janeiro.

Trabalho e cidade em tempos de “exceção”: políticas de trabalho ou gestão da pobreza ?

A metamorfose da periferia e o discurso da sua integração nos circuitos internacionais do desenvolvimento capitalista operam em nome de uma dada visão de “democracia”. Uma espécie de cenário onde as “idéias estão fora do lugar” revela os limites da democracia aliada à competitividade das cidades. Trata-se de uma visão de cidadania que reivindica como seu sujeito o indivíduo maximizador do espírito empreendedor e racionalizador das exigências e atributos da competitividade social. Aqui a maximização é dupla. Trata-se de potencializar tanto o “sujeito empreendedor” do trabalho, quanto a “cidade empreendedora”. Como seus contrapontos estão os segmentos sociais que não se apropriam dos novos termos da “gramática social” competitiva das cidades ou o fazem de forma subalterna. Para estes, a cidade oferece a sua face de integração focalizadora que cria, de forma minuciosa e exaustiva, os lugares sociais da exceção. É a partir desta face que a pobreza urbana é enxergada. Mas é também através do seu olhar constantemente renovado de criminalização da pobreza que a cidade reivindicará a distância e a segurança necessárias frente aos seus pobres, sempre que as condições que a tornam uma cidade competitiva forem ameaçadas. Sobre esta questão, não é preciso um grande esforço de memória. Basta lembrar a recente operação das forças de segurança policial nas favelas do complexo do Morro do Alemão, no Rio de Janeiro, às vésperas da realização dos Jogos Pan-americanos de 2007.

As análises de Harvey, acerca da transformação da cultura em *commodities* e o processo daí decorrente da renda monopolista, fornecem um quadro interpretativo importante a partir do qual se pretende analisar a relação trabalho/pobreza/cidade/empreendedorismo urbano. A questão a ser destacada pode ser assim resumida: o empreendedorismo urbano do Rio de Janeiro possibilita ao capital se “*apropriar e extrair excedentes das diferenças locais, das variações culturais locais e dos significados estéticos*” (Harvey,2005:237) e é neste campo de funções que, por exemplo, a estratégia de “marketing da cidade” adquire sentido e materialidade. Atravessando este processo estão os “grupos” ou “públicos” de escassa relevância estratégica que operam como uma espécie de “anticapital simbólico” da cidade e um “contra-marco distintivo” do lugar. É neste “*nicho*” do mercado que se situam, por exemplo, as favelas e o desemprego como fenômenos urbanos a demarcar a “*continuidade de uma cidadania restrita, hierarquizada e fragmentada*” (Machado da Silva, 2002).

O Estado, como agente regulador do espaço urbano, intervém na cidade dotando-a de atributos materiais e simbólicos que redistribuem a renda de forma desigual pelos públicos solventes e não solventes de acordo com a capacidade de consumir a “mercadoria cidade”.

A este respeito Ribeiro e Santos Junior (2003) também se manifestam corroborando este perfil de cidade e de “acesso à cidade” ao mesmo tempo em que articulam os conteúdos de um processo social mais amplo de individualização. “*Primeiro, verificamos que o chamamento à integração se faz através do consumo, vedado à grande parte da população de países como o Brasil. Segundo, com as identidades sociais fragmentadas, as formas pelas quais a sociedade classifica e identifica os moradores dos bairros periféricos e pobres voltam a ser marcados por categorias nominais que denotam o perigo dessas populações para a própria sociedade.*” (2003:88).

Porém este é um processo que está longe de ser pacífico. As práticas sociais que compõem os conteúdos do espaço não se relacionam com estes tempos externos e internos do mundo e do lugar da mesma forma e no mesmo ritmo. As defasagens nas formas de produção e reprodução do espaço da cidade podem ser vistas sob vários ângulos. Aqui interessa iluminar àquele que permite compreender como os trabalhadores pobres das favelas da cidade se relacionam com as práticas que sustentam a cidade planejada estrategicamente como mercadoria e empresa. Não se trata de ausência de integração, mas de integração subalterna

que se produz nas formas como o trabalho, a cidade e os modos de viver e habitar o cotidiano se mesclam.

Estas trajetórias urbanas revelam, ao mesmo tempo, a permanência da subalternidade e a produção de novas estratégias de apropriação da cidade. Mesmo aqueles segmentos que já perderam a condição de necessários para a forma “valor” e que ao contrário de viverem a inserção incompleta no contrato mercantil de trabalho, vivenciam a sua destituição, até mesmo estes segmentos se transformam em objetos da gestão do social pelo Estado e pelas organizações da sociedade civil que atuam em escalas diferentes do espaço. Este processo encontra sua tradução na forma de produção e regulação do espaço, de tal forma que as políticas sociais não apenas se focalizam, como se territorializam na cidade. Revela-se, assim, uma pluralidade de sujeitos, organizações não governamentais (ONGs), recursos, interesses que montam redes sociais e territoriais de proteção pública e privada que atuam em escalas diferentes da cidade, visando o campo da reprodução social dos trabalhadores urbanos. Estas redes mais complexas, no entanto, não substituem as tradicionais redes primárias familiares e de vizinhança. Pelo contrário, o que se assiste é a sua sobreposição e interligação na vida cotidiana.

Os sujeitos não são objetos inertes destas redes. Desenvolvem, também, as suas próprias estratégias e “astúcias” de mapeamento e de inserção nas mesmas. O princípio da focalização - que acompanha a forma de conceber a intervenção no campo social por parte do plano estratégico da cidade - é um poderoso vetor de expansão das referidas redes. Da mesma forma, o tempo biográfico é também uma dimensão importante que intervém neste intrincado mosaico de práticas sociais. É este entrelaçamento que reconstrói o território como território utilizado (Santos e Silveira, 2001) e revela a *estrutura folheada do social* (Revel, 1998). Portanto, a definição de uma escala mais local ou global de análise destas práticas urbanas em torno do trabalho, da proteção social e da cidade tem menos a oferecer do que o trabalho de variação das escalas do tempo e do espaço das práticas sociais. O estudo das passagens entre as diferentes escalas, a identificação das porosidades que se estabelecem entre as suas fronteiras revela-se como instrumento metodológico fundamental para não se reduzir o significado cotidiano das práticas urbanas.

Através deste pressuposto, pode-se, por exemplo, compreender como um jovem trabalhador residente em uma favela do Rio de Janeiro¹³ - que possui uma frágil experiência de assalariamento em sua trajetória de trabalho que é densamente matizada por diferentes formas de ocupação sem emprego - na medida em que se transforma em objeto de política pública do trabalho, no caso, da política de formação de cooperativa popular junto com outros trabalhadores pobres desempregados e residentes na mesma favela, também estabelece um conjunto de outras conexões a redes globais e locais. Estas “conexões” revelam vários elementos, um deles diz respeito à sua trajetória de trabalhador não-assalariado especialista nas diferentes “artes” da viração cotidiana, quase sempre em atividades de comércio e com uma real habilidade de transformar adversidades em oportunidades, sempre temporárias, até a próxima adversidade que terá que se transmutar em nova oportunidade e, assim, sucessivamente. Acumula um capital social desta trajetória que o qualifica como um trabalhador com especial habilidade para “vender” idéias ou qualquer bem material. O exemplo típico do “empreendedor” das políticas ativas de trabalho. Entremeado ao tempo biográfico deste sujeito, que também exerce a presidência da cooperativa, está o tempo social da política pública municipal de formação de cooperativas populares nas favelas atendidas pelo Programa Favela Bairro. Neste tempo social se inscreve o significativo fracasso da referida política de geração de trabalho e renda que lança os poucos trabalhadores, que ainda permanecem na cooperativa, na busca incessante por “novos contratos de trabalho” em um mercado extremamente marcado por processos de terceirização e fechado pelas empresas que atuam no mesmo segmento da cooperativa, o de serviços de limpeza. A estratégia de inserção da cooperativa na economia das organizações locais e globais que desenvolvem os chamados “projetos sociais” em torno, quase sempre, da estrutura do Estado, é elaborada e capturada, por aquele trabalhador de que se falava, como uma “estratégia de mercado”. Foi a sua condição de morador de uma favela da cidade - portanto de um território que materializa as práticas das redes mais complexas da proteção social pública e privada - que permitiu,

¹³ As informações aqui descritas sobre trajetórias de trabalhadores fazem parte de uma pesquisa realizada entre os anos de 2003 e 2004 na Favela do Morro do Andaraí, junto à Cooperativa de Trabalhadores do Morro do Andaraí. Esta cooperativa foi criada pela política municipal de trabalho e renda como parte das ações de integração social das favelas atendidas pela política urbana do Programa Favela Bairro. Da mesma forma, a história desta cooperativa se insere nas estratégias do I PECRJ para intervenção no crescimento do desemprego na cidade através do estímulo ao cooperativismo e ao empreendedorismo. Parte desta pesquisa se encontra sistematizada em minha tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP, intitulada “Cenas cariocas de transformação nas formas urbanas do trabalho e da cidade: onde está a invenção política?” (Cardoso, 2005)

inclusive, ser testemunha e avaliar a mudança significativa que se operava no espaço urbano das favelas em termos dos diferentes tempos sociais das políticas sociais, revelando novos perfis de políticas e de instituições interagindo no espaço urbano das favelas. Mais precisamente o crescimento das ações das ONGs locais e internacionais. O “pulo do gato” astuto deste trabalhador foi compreender que se tratava não apenas de redes sociais, mas de um segmento econômico e, neste sentido, de mercado de trabalho também para a cooperativa que poderia firmar alguns novos contratos. E foi o que fez. Fechou um contrato nos seguintes termos: a ONG local que ganhou um processo para execução de um projeto da Organização Internacional do Trabalho para erradicação de formas degradantes do trabalho infantil, especificamente as formas de trabalho no narcotráfico, precisava de moradores locais de favelas do Rio para exercerem a função de “pesquisadores” e monitores dos adolescentes acompanhados pelo projeto. A favela do Andaraí era um desses territórios selecionados. Assim, o trabalhador em questão não apenas se vinculou como pesquisador e monitor do projeto, mas também propôs à ONG local associar à cooperativa os moradores das outras favelas que desempenhariam as mesmas funções. Ou seja, tornar-se-iam todos trabalhadores da Cooperativa e poderiam pedir “desligamento” após o encerramento do projeto. Uma outra forma de dizer e praticar a intermediação de mão-de-obra. A cooperativa passava, assim, à condição de prestadora de serviço à ONG e com isso movimentava seu precário fluxo financeiro. À distância parecem todos trabalhadores de uma cooperativa. Acompanhando-se de perto estes percursos verifica-se, contudo, se tratar de uma cena urbana produzida pelo encontro entre as astúcias cotidianas da “viração” de trabalhadores pobres, os limites de uma política pública de geração de trabalho e renda estruturada sob o princípio do cooperativismo para combater o desemprego, a lógica de concentração do mercado de empresas de serviços urbanos e os processos de terceirização da mão de obra, inclusive pelas ONGs. A capilaridade destes processos torna sua visibilidade um fenômeno de difícil compreensão em termos dos campos de práticas produzidos pelos sujeitos que se apropriam destas redes e as recriam no cotidiano da ação social em tantos outros formatos também capilares.

Assim, o que se pretende identificar com este exemplo de trajetória de vida e trabalho é como a “economia” das redes sociais passa a ser uma das práticas que compõem de forma crescente as trajetórias dos trabalhadores nas cidades. Estes não são apenas objetos inertes de políticas públicas ou privadas. Constituem um “capital social” que opera como mediador

entre uma situação de trabalho e de não-trabalho, de proteção e de não-proteção uma vez que o seguro desemprego, por exemplo, não é elemento estruturador do cotidiano destes trabalhadores.

Nesta mesma “chave interpretativa” de fazer ressaltar outras escalas do tempo e do espaço que operam a construção da cidade e do trabalho, pode-se analisar o crescimento das chamadas “frentes urbanas de trabalho” como componentes atuais das políticas ativas do mercado de trabalho do sistema público de emprego. É interessante observar como o conjunto das frentes urbanas analisadas se vincula ao não direito à cidade. Assim, estas se organizam e se justificam a partir da precariedade das condições de vida urbana nas favelas, como: o adensamento habitacional que desmata os morros cariocas, o saneamento precário que polui os rios das encostas da cidade, a coleta de resíduos sólidos que é diferente no “morro” e no “asfalto”.

A articulação entre a crise do trabalho, a expansão das formas de pobreza urbana e do aprofundamento das políticas de “ajuste urbano” da cidade do Rio de Janeiro, faz emergir a constituição de um "mercado de trabalho" para os trabalhadores pobres e desempregados urbanos, a partir de programas sociais que vinculam a sobrevivência cotidiana a algum mecanismo de trabalho e renda temporários. É possível afirmar que a principal característica destes programas, e que os diferencia dos “tradicionais” programas assistenciais, é sua estreita vinculação com a forma de "gestão da cidade". Ao empreendedorismo urbano das formas de gestão das cidades se agrega o empreendedorismo dos pobres urbanos e a multiplicação de programas de assistência social que funcionalizam o mercado de trabalho (Oliveira, 2003), fazendo a passagem do trabalho à renda sem a mediação do emprego ou de atributos de formalização e proteção do trabalho. Quando alguns destes elementos se encontram presentes, predomina, contudo, formas desiguais nas relações e condições de trabalho e proteção.

São inúmeros os exemplos que convergem para esta “cena” urbana e que recebem a rubrica de programas governamentais voltados para as favelas da cidade, tais como: "Programa Guardiões dos Rios", “Programa Mutirão Reflorestamento” e "Programa Gari Comunitário". Todos prevêem a incorporação de moradores das favelas, principalmente as atendidas pelo Programa Favela Bairro, em atividades temporárias ou por tempo indeterminado (como o caso do programa “gari comunitário”); podem oferecer qualificação em algum curso para atividade "empreendedora", também organizado pela prefeitura, e

pagam um valor na forma de bolsa, recibo de pagamento de autônomo, ou salário. Neste último caso está, mais uma vez, o “gari comunitário” que tem carteira de trabalho assinada pela associação de moradores da favela gestora do programa (e não pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro – COMLURB). A associação de moradores, por sua vez, recebe este recurso da própria empresa¹⁴. Este tipo de vínculo faz com que o gari comunitário não possua os mesmos direitos trabalhistas e remuneração que um gari empregado da COMLURB.

A seguir são destacados três fragmentos que descrevem o programa de Mutirão Reflorestamento. Interessa ressaltar aqueles fragmentos que descrevem as conexões entre o programa e os conteúdos do aludido “mercado de trabalho da exceção”. O primeiro fragmento produzido por um ex-secretário de meio ambiente da cidade, responsável pela execução do programa; o segundo extraído de documento elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, em parceria com a Agenda 21, que conferiu a certificação de “boa prática” ao programa; e terceiro, retirado do livro “20 Experiências de gestão pública e cidadania”, da FGV, onde o programa figura entre as políticas selecionadas pelo Programa Gestão Pública e Cidadania.

“O principal setor da sociedade atingido pelo desemprego é o da mão-de-obra pouco qualificada, trabalhadores com escassa instrução. Para isso a solução, a médio e longo prazo, é investir na melhoria da educação básica e na formação e reciclagem permanente de trabalhadores. A curto prazo é o investimento público em atividades que utilizem mão-de-obra de forma intensiva. Foi o que o Presidente Franklin Roosevelt fez nos EUA, nos anos 30, para sair da grande depressão iniciada em 1929. (...) Todas elas têm um duplo sentido: propiciam remuneração

¹⁴ A história da utilização do trabalho de gari Comunitário nas favelas da cidade sofreu alterações a partir do Projeto Favela Limpa, criado em 1995, pela divisão de Operações em Favelas da Diretoria de Serviços Especiais da COMLURB. Antes deste projeto, a COMLURB utilizou diferentes modelos de limpeza urbana nas favelas do Rio de Janeiro, inclusive a mão de obra de garis comunitários, a partir de 1988. A revisão efetuada em 1995, objetivou : “facilitar a circulação de trabalhadores na área, cooptar a participação dos moradores e criar mercado de trabalho dentro da própria comunidade.” À COMLURB cabe, assim, o papel de gestor do sistema criado e às associações de moradores cabe a função de gestores locais do projeto reunindo um conjunto de favelas de acordo com a morfologia do lugar. Assim, o papel de contratação de mão de obra é da Associação de Moradores gestora que deverá se responsabilizar pelo conjunto dos garis comunitários sob sua responsabilidade. Contudo a indicação efetiva dos garis comunitários permanece sendo uma prerrogativa cotidiana da Associação de Moradores de cada favela. Uma mudança importante foi implantada no sistema de remuneração dos garis comunitários. A COMLURB não efetua mais o pagamento diretamente através da Associação de Moradores e sim através de crédito em conta corrente em nome da Associação gestora, no Banco do Brasil. A partir deste depósito, são encaminhados os valores individuais para cada conta corrente dos garis comunitários. O saldo restante é referente à taxa de administração que pertence à associação gestora. Para maior aprofundamento indica-se a leitura do Relatório de inspeção Ordinária- COMLURB/Associação de Moradores, elaborado pelo Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro/Secretaria de Controle Esterno. Disponível em <http://www.tcm.rj.gov.br/Noticias/414/4714-01.PDF>

para pessoas desempregadas, ainda que, muitas vezes, sem criar vínculos trabalhistas clássicos e utilizam essa mão-de-obra em ações que melhoram a qualidade de vida da população mais carente, recuperam ou protegem o meio ambiente. Um bom exemplo é o Mutirão do Reflorestamento que coordenei e ampliei como secretário de meio ambiente da cidade do Rio de Janeiro. Cerca de 600 pessoas desempregadas em mais de 50 favelas já reflorestaram 700 hectares de área de risco. Alguns já trabalham nisso há cinco anos. Muitos jovens foram salvos de cair nas garras do tráfico. Pela existência desta alternativa. O projeto também deu origem a uma cooperativa de reflorestadores e jardineiros, a Coopflora.” (www.alternex.com.br/~sirkis/leis.htm)

“O Projeto Mutirão Reflorestamento (...). Atua sobre o desmatamento e a questão social, beneficiando as comunidades diretamente envolvidas e abrangendo toda a população da microbacia hidrográfica na qual se insere. Os critérios de seleção da equipe privilegiam mão-de-obra ociosa, trabalhadores sem qualificação profissional, emprego ou fonte de renda. O engajamento da comunidade se dá pela sua remuneração em regime de mutirão, que não estabelece vínculos empregatícios com a prefeitura. Essa remuneração (1,5 salário mínimo mensal por trabalhador/servente) é repassada ao encarregado (que recebe 3,4 salários mínimos mensais) pela prefeitura, contra um recibo de pagamento de autônomo (RPA) do valor equivalente ao seu pagamento e ao da sua equipe cujo pagamento é de sua responsabilidade. O trabalho é supervisionado por um responsável técnico da SMAC, através da Gerência de Reflorestamento da Coordenadoria de Recuperação Ambiental. (...). O envolvimento da mão-de-obra local nas diversas etapas, garante também que o custo de reflorestamento seja três vezes menor do que quando contratado a empreiteiras. (...). As equipes formadas em cada frente de trabalho podem ser reaproveitadas já que uma pequena parte da equipe permanece para os trabalhos de manutenção, sendo os outros dispensados. Trata-se de uma mão-de-obra já treinada, dotada de competência para o exercício da função de auxiliar técnico em silvicultura.” (Ministério do Meio Ambiente,2000:110).

“As questões sociais inerentes às populações faveladas constituem o outro foco de atenção do Mutirão Reflorestamento: a criação das frentes de trabalho é também prioridade no sentido da geração de renda e oferta de ocupação nas áreas carentes. É emblemático o fato de que o Mutirão Reflorestamento tenha sido criado na Secretaria do Bem Estar Social. Todo o projeto é executado por meio do recrutamento de mão-de-obra da própria comunidade, com ênfase no treinamento, de forma a preparar os mutirantes para integração ao mercado de trabalho. Indicadora dessa atuação é o fato de o projeto, muitas vezes, perder mão-de-obra para o mercado convencional. Trata-se de mão-de-obra autônoma e temporária. Aqui aparece uma fragilidade do Mutirão, que não é problema apenas para o projeto. A ausência de vínculos entre a prefeitura e os trabalhadores gera insegurança nos mutirões mesmo que se considere que áreas grandes (acima de 10ha) precisam de um ano para implantação e outros três para manutenção, o fato é que o Reflorestamento ‘é uma obra que tem começo, meio e fim’. A solução apontada para isso é, segundo os gestores, a formação de uma cooperativa que

representa um avanço em relação ao mutirão remunerado e a única forma de resolver a ausência de prerrogativas e direitos trabalhistas(...). A inovação que o Mutirão Reflorestamento busca atualmente é a evolução do mutirão remunerado para o trabalho cooperativo. No mutirão remunerado, a equipe é contratada de forma precária (autônomo e temporário), na qual não há nenhuma garantia trabalhistas. Uma das maiores reclamações (talvez a maior), quando se alcança as frentes de trabalho nos morros, é a falta da carteira assinada – artigo precioso para quem vive nas favelas, segundo os entrevistados. A cooperativa não soluciona especificamente esse problema, mas é a única forma de contratação para corrigir a principal falha do Projeto, que é a de não assegurar ao mutirante nenhum direito trabalhista.” (Fugiwara,1998:05-06).

Esta intrincada teia é formada de percursos precários e de subcidadania (Kowarick,2000), é certo, mas também de “invenção do cotidiano” e por isso é necessário compreender sua racionalidade e seus mecanismos sociais. Os fragmentos de falas que se seguem são de um jovem trabalhador de 27 anos, residente na favela do Morro do Andaraí que interrompeu os estudos na quinta série do ensino fundamental, entre os 16 e 17 anos, pelo motivo que também leva jovens mulheres à evasão escolar: a paternidade/maternidade precoce e a necessidade de sustentar a nova família. Este trabalhador possui a característica de uma trajetória muito comum entre jovens desempregados e de baixa escolaridade: sua história de “trabalho” narra a experiência das passagens entre diferentes programas sociais. Entre estes estão os programas de trabalho e renda aqui já citados e as frentes urbanas de trabalho abertas pelos canteiros de obras do Programa Favela Bairro que contrata moradores das próprias favelas pelo período máximo de três meses. É importante destacar como através desta trajetória é possível descrever outro processo social significativo que é a intermediação dos postos de trabalho dos programas sociais e de trabalho e renda através da Associação de Moradores. Uma espécie de “balcão de trabalho” para os moradores das favelas, perpassado por relações pessoais de favorecimento e legitimação de formas de poder local. Não se trata de um campo com regras públicas de direito e procedimentos onde se possa, por exemplo, dirimir conflitos, caso um morador desempregado se sinta “injustiçado”.

“Comecei trabalhando primeiramente na obra do Favela-Bairro, depois eu trabalhei no reflorestamento também. Nas obras eu cheguei a trabalhar de carteira assinada, mas não passei nem do período de experiência. (...) dentro de uma obra, uma obra agitada, dá estresse assim de fazer. (...) apesar de serem três meses, praticamente serragem, montagem, tudo foi feito(...) foi feito o Cemasi chamado Renascer [Equipamento Social da Prefeitura do Rio instalado nas favelas atendidas

pelo Programa favela Bairro], foram feitos os prédios(...) pro pessoal que foi removido, porque demoliram as casas de muitas pessoas ali em cima. Então, construiu essas casas e as pessoas, o pessoal, vieram morar nos prédios. E também obras dentro da comunidade mesmo: escadas, vielas porque tinha dificuldade pra morador passar e isso foi feito tudo. (...)E lá tinha hierarquia do engenheiro. O engenheiro achava que tinha que ser uma coisa e não é porque você trabalha que você também tem que fazer tudo que o patrão manda. Que você até faça, mas desde quando ele estiver agindo contigo na sinceridade. (...) Tanto que ele atrasava várias vezes o nosso pagamento e ele achava que a gente tinha que ficar quieto, tá entendendo? (...)Tinha a empreiteira... , mas o engenheiro ele sabia de tudo, a hora em que o pagamento chegava, quando não chegava. Na hora que ele viu, então ele tinha que dar, pelo menos, uma satisfação. Eu acho que o trabalhador, por mais que ele rale, ele também tem que ter um direito de consideração também. (...)Quem chamava era a Associação de Moradores, indicavam as pessoas, ia lá fazer uma ficha, tá entendendo? Aí eles chamavam as pessoas que iam, algumas iam, mas nem todo mundo conseguia. Tem trabalho que tem vagas determinadas então, nem todo mundo podia. (...)Às vezes é difícil porque trabalho é difícil em todo lugar, porque a Associação depende também de projetos também que vêm pra comunidade pra ela poder liberar serviço pras pessoas. (...) [Após o trabalho nas obras do Favela Bairro] fiquei praticamente acho que dois meses desemprego e logo depois eu entrei no reflorestamento. (...)reflorestamento é você plantar... plantar mais árvores, tipo esse lance da mata da Tijuca, da Floresta da Tijuca, então estavam querendo reflorescer aquilo ali. (...)chegou aqui no Andaraí o projeto também e tem até hoje. (...) Eu plantava, fazia vaso, assim, capinação, as valas.. pra fazer um buraco tudo pra deixar as plantas ali, tá entendendo? Aquilo ali não era um projeto pra ser rápido assim, pra pouco prazo não. Era longo prazo. (...)na época [1995/1996] acho que eu ganhava duzentos, não cento e setenta reais. Mas eles trabalhavam com produção. Produção você tem uns metros quadrados determinados. (...)tinha determinado local que o engenheiro também, no dia, te botava lá e você ganhava mais, você ganhava o dobro do que você ganhava. (...) Não tive carteira assinada não, eu tive um contrato. (...)Acho que fiquei mais ou menos um ano e sete meses.” (Morador da Favela do Morro do Andaraí, 27 anos)

Após este percurso que se encerra com a saída do Programa Mutirão Reflorestamento, no ano de 1996, a trajetória deste trabalhador foi pontuada pelo desemprego desprotegido e amparado exclusivamente nas redes de proteção familiar, entre os anos de 1997 e 1998, quando, então, ingressou em mais um programa de política municipal, agora o de formação de cooperativas populares para trabalhadores desempregados e considerados de maior vulnerabilidade social. Esta experiência foi vivida durante os anos de 1998 a meados de 2000, quando a Cooperativa de Trabalhadores do Morro do Andaraí viveu o período de declínio de suas atividades, com a inexistência de contratos de prestação de serviços que permitissem o não desligamento dos seus associados. Assim, ocorre novo período de desemprego

desprotegido socialmente e entremeado por diferentes formas de atividades eventuais, como a volta ao trabalho em frentes de obras na favela, no ano de 2000, carregando entulho da demolição de casas em área de risco no Morro do Andaraí. Esta ocupação durou o período de cinco meses, remunerava por quinzena e não possuía o vínculo contratual da carteira de trabalho. Da mesma forma, antes mesmo de terminar a referida “frente urbana”, este jovem trabalhador já se encontrava à busca de nova inserção em um programa social. Assim, ainda no ano de 2000, ocorreu sua vinculação ao “Projeto Mel”, da Secretaria de Esporte e Lazer, como instrutor de bateria mirim. O projeto era destinado a crianças e adolescentes da favela e oferecia atividades variadas de capoeira, dança, futebol entre outras atividades. Mais uma vez, coube à Associação de Moradores a função de intermediação das vagas de trabalho. A remuneração, na ocasião, era de R\$ 240,00 e, novamente, sem carteira de trabalho. Apenas no ano de 2003, e mais uma vez através da Associação de Moradores, este trabalhador, aos 26 anos, obteve sua primeira incursão no mundo do trabalho assalariado com “carteira assinada” para além do tempo do contrato de experiência, com salário de R\$ 334,00 e jornada de trabalho das 7:00 às 15:20. Como gari comunitário realiza as atividades de limpeza urbana da favela como varrer, capinar, limpar ruas, becos e escadas e armazenar todo o lixo nos *containers* que são esvaziados pela COMLURB.

O significado material e simbólico desta última experiência, mesmo considerando-se as inúmeras situações passíveis de serem classificadas como precárias, revela o sentido da sociabilidade do direito a ter direito ao trabalho e à proteção. Ao mesmo tempo, denuncia o pragmático sentido da destituição cotidiana por parte dos trabalhadores pobres urbanos e principalmente dos trabalhadores pobres desempregados.

“com carteira assinada você, vamos dizer assim, mesmo no dia que você for mandado embora do serviço, você tem direito de defesa, você tem um fundo de garantia que você vai ter, você tem um auxílio desemprego que ajuda assim tipo durante uns cinco ou seis meses mais ou menos, o tempo de casa que você tiver... isso ajuda muito. (...) Tem muitos que não têm essa condição, vai com que tiver porque a necessidade obriga a pessoa a fazer coisas que até Deus duvida. Mas eu indicaria, se eu pudesse, indicaria a todos que trabalhassem de carteira assinada.”

Há diferentes conteúdos possíveis de serem analisados a partir das trajetórias narradas. Aqui, importa ressaltar um elemento comum que opera como um marcador das mesmas. Trata-se da centralidade de um “capital social” (Bourdieu,1989) que se expressa no acúmulo crescente de informações sobre os mais diferentes programas públicos ou recursos sociais

diversos. Quanto mais se acumula este “capital social”, maiores são as chances de conseguir diminuir o tempo de não trabalho entre um programa e outro. Esta é a lógica que estrutura o mercado de trabalho da exceção. É uma espécie de garantia de “seguro desemprego” às avessas dos trabalhadores pobres e para pobres. Uma trajetória de vida e trabalho entremeada por estas práticas desestabiliza qualquer referência que não seja a da vida subsumida ao tempo presente.

Mas engana-se quem pensa que estas frentes urbanas analisadas são uma “criação carioca”. Este é um dos conteúdos que informa as políticas ativas de mercado de trabalho estruturadoras do sistema público de emprego.

Cacciamali (2005), ao descrever as políticas ativas do mercado de trabalho, relaciona um tipo de política que, na verdade, é a tradução do que aqui está sendo chamado de frentes urbanas de trabalho. É claro que, quando inseridas no corpo das políticas ativas, estas “frentes” recebem um nome muito mais pomposo: trata-se de “programas de criação de empregos temporários pela administração pública”. Com certeza, mais sonoro. Porém, não se trata apenas disso. Note-se que a qualificação de emprego temporário já se institui como norma e é erguida ao patamar de política pública ativa do sistema de emprego de um país. Mas quando o olhar se aproxima da formulação do programa, então não resta dúvida. O que se chama política ativa de emprego é na verdade gestão da pobreza.

“A segunda modalidade [dos programas de criação de empregos] – criação de empregos temporários pelas administrações públicas diretamente ou através de terceiros – tem o caráter de constituir-se numa rede de proteção social que é praticada em períodos de recessão econômica ou em localidade com altas taxas de desemprego, visando a atingir os grupos mais pobres, embora tenha sido também utilizado para introduzir jovens ao mercado de trabalho ou para reatar os vínculos com o mercado de trabalho de desempregados de longa duração. A população foco pode ser atingida de forma precisa na medida em que a remuneração seja fixada de acordo com os salários prevalecentes nos mercados de trabalhos locais de mão-de-obra não qualificada de serviços gerais, por exemplo, na construção civil, ou na agricultura.” (Ibid:90).

Márcio Pochmann (2001), por exemplo, ao analisar a crise do emprego na globalização, propõe como política pública de geração de empregos exatamente as frentes urbanas de trabalho.

“Constituem exemplos de atividades a serem desenvolvidas no âmbito do serviço social os programas de trabalho de utilidade coletiva (frentes de trabalho urbana e rural) (...).A ampliação dos serviços sociais de boa qualidade influenciaria a

elevação dos empregos no setor público (não necessariamente estatal) e nas comunidades de assistência e de prestação de serviços. São exemplos de atividades com potencial de desenvolvimento, no âmbito do serviço social, os programas de trabalho de utilidade coletiva, uma espécie de regime mínimo de emprego urbano como forma de geração de renda para aqueles que se encontram excluídos do mercado de trabalho por muito tempo (e que têm dificuldade de obter um novo emprego) e para aqueles que disputam seus primeiros empregos (sem quase nenhuma experiência anterior).” (2001:129).

O conjunto dos programas sociais e de geração de trabalho e renda que se multiplicam nas cidades brasileiras descreve a cena de um campo de construção normativa e, ao mesmo tempo, de instituição de formas de enunciação, tipificação e classificação do que é o emprego, o desemprego e os novos tipos de participação na ocupação, etc. Da mesma forma, este também é um campo de regulação que se volta para a difícil tarefa de “ordenar” a crise do trabalho, em uma espécie de exercício cada vez mais fugidio pois todo o trabalho de normatização implica o estabelecimento de critérios que se baseiam ou buscam forjar alguma regularidade no seu objeto de atuação. Mas é exatamente o caráter flexível do trabalho que se transformou na norma. Então, o que está na origem de muitas das novas políticas ativas do mercado de trabalho é a expressão gritante deste paradoxo. É desta forma, e somente por isso, que se pode chamar de “ativa” a política de criação de trabalho temporário - através das “frentes urbanas” onde se inserem programas como “Mutirão Reflorestamento”, ou, como prefere Márcio Pochmann, os trabalhos de utilidade coletiva – sendo que o nome que antes designava tal condição “ativa” era “subemprego”, “formas precárias de trabalho”, etc.

Para concluir pode-se afirmar que não é apenas o trabalho assalariado que se revela “anacrônico” e “pouco flexível”, da mesma forma que não são apenas as políticas de emprego que precisam ser reconfiguradas e adjetivadas por componentes “ativos” ou substituídas por programas assistenciais. A cidade também recebe o seu diagnóstico que pouco difere daquele do trabalho. Ou seja, suas formas, notadamente as que expressam a materialidade da regulação pública democrática, também demandam maior flexibilidade e adaptação às exigências tempo-espaciais contemporâneas da competição do chamado “mercado das cidades”. Eis o mecanismo da forma moderna do trabalho e da cidade: a capacidade de ser refratária e de escapar a própria idéia de forma que não seja, ela mesma, flexível para se auto-superar e desmanchar-se em um novo formato provisório. Francisco de Oliveira (2003) já denunciou o significado de incorporar a exceção como nova regularidade político-

institucional. É a própria flexibilidade alcançada pela “forma mercadoria” e pelas relações sociais dela derivadas que faz “explodir” qualquer horizonte que não acompanhe a efemeridade do tempo e do espaço da mercadoria.

Tempos e espaços incertos para a sociedade, com certeza, mas não absolutos. Pois não há outra forma de escrever a história e produzir o espaço sem partir da ação de sujeitos. Não o sujeito empreendedor, esvaziado de sentido e mediação coletiva, conforme o discurso das políticas de trabalho aqui visadas ou, ainda, a “cidade como ator político”, de acordo com os manuais de consultoria para o empresariamento urbano das cidades. Trata-se do sujeito da política e isto transborda, e muito, as diferentes formas com que podemos designar o seu nome: partido, sindicato, movimentos sociais, etc. Todas estas formas pressupõem interromper o “automatismo” do fluxo dos acontecimentos do real e do discurso de sua “inevitabilidade”, para em seu lugar reestabelecer a capacidade criadora da ação humana na relação direta com a instituição política de uma esfera pública democrática.

Bibliografia

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos e MARICATO, Ermíria (orgs). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 2^a ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

ARANTES, Pedro. *O Ajuste Urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas*. *Dissertação de Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2004. 206p.

ARENDDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

BANCO MUNDIAL. *Ciudades en transición. Resumen estrategia del banco mundial para los gobiernos*. Banco Mundial. Grupo de Infraestructura Desarrollo Urbano, Washington, 2000.

BANCO MUNDIAL. *Rio de Janeiro: um estudo da Cidade (Parte I)*. 19 de junho de 1999. In. PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO –Rio Estudos, n. 32, setembro. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo/Instituto Pereira Passos, 2001 (Coleção Estudos da Cidade).

BANCO MUNDIAL. *Rio de Janeiro: um estudo da Cidade (Parte II)*. 19 de junho de 1999a. In PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Rio Estudos, n. 33, setembro. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo/Instituto Pereira Passos, 2001 (Coleção Estudos da Cidade).

BARROS, Flávia (org) *As estratégias dos bancos multilaterais para o Brasil*. Brasília, Rede Brasil, 2001.

BORJA, Jordi. *As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão europeia e latino-americana*. In FISCHER, Tânia (org) – *Gestão Contemporânea. Cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. *As operações de reestruturação urbana nas cidades atuais. In Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Urbanismo – IPLANRIO -Seminário sobre as condições urbanísticas das áreas selecionadas para os jogos olímpicos. Rio de Janeiro, Imprensa da Cidade, 1996b.*

BORJA, Jordi e FORN, Manuel de. *Políticas da Europa e dos Estados para as cidades. Espaço e Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano XVI, n. 39. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos (NERU), 1996a.*

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico. Lisboa, Difel Difusão Editorial, 1989.*

CACCIAMALI, Maria Cristina. *As políticas ativas de mercado de trabalho no mercosul Estudos Avançados 19 (55), 2005.*

CARDOSO, Isabel Cristina C.- *Cenas Cariocas de Transformação Nas Formas Urbanas da Cidade e do Trabalho. Onde está a invenção política?. Tese de doutorado em Sociologia. São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005.*

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede. São Paulo. Paz e terra, 2002*

CASTELLS, Manuel e BORJA, Jordi. *As cidades como atores políticos. Novos Estudos, n.45, julho. São Paulo, CEBRAP, 1996. pp 153-166.*

COLBARI, Antonia. *Trabalho, auto-emprego, e pequenos negócios: reconfigurando as estratégias de capacitação profissional e de desenvolvimento local. XXX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 24 a 28 de outubro de 2006.*

FIRJAN. *Mapa do desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro – 2006-2015. [on line] Disponível em <http://www.firjan.org.br>*

FONTENELLE, Isleide Arruda. *O nome da Marca. McDonald's fetichismo e cultura descartável. São Paulo, Boitempo Editorial, 2002.*

FUJIWARA, Luis M., ALESSIO, Nelson L.N., FARAH, Marta F.S. (org.) *20 experiências de gestão pública e cidadania. São Paulo, Programa Gestão Pública e Cidadania, 1998*

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço. São Paulo, Anablume, 2005.*

KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos. São Paulo, Editora 34, 2000.*

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade. 2ª ed. São Paulo, Centauro, 2001.*

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *A continuidade do “problema da favela” In OLIVEIRA, Lucia L. (org) Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.*

_____. *Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: SANTANA, Marco A. e RAMALHO, José R. – Além da fábrica. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003, pp140-178.*

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e a exceção – Ou o Estado de exceção? In . *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. vol. 5, n.1. Rio de Janeiro, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, maio de 2003d. pp 09-14.

OSÓRIO, Mauro. *Rio nacional Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense*. Rio de Janeiro. Editora Senac, 2005.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. *Redução das desigualdades sociais* Brasília, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/ Consórcio Parceria 21, 2000.

POCHMANN, Marcio *O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo, Boitempo editorial, 2001.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro “Rio sempre Rio”*. Relatório da Cidade n.2. Rio de Janeiro, outubro de 1996.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Plano estratégico da Cidade do Rio de Janeiro “Rio sempre Rio”*. Rio de Janeiro, 1996.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Plano estratégico da Cidade do Rio de Janeiro “Rio sempre Rio”*. Relatório da Cidade n.1. Rio de Janeiro, abril de 1996.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Relatório anual (2001)*. Rio de Janeiro, 2001

PRÉTECEILLE, Edmonde. *Cidades globais e segmentação social*. In QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César e SANTOS JUNIOR, Orlando Alves de (orgs.) *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas. A experiência da microhistória*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Luiz C.Q. (org) *Metrópole. Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004

RIZEK, Cibele S. – Os Sentidos da Cidade brasileira: figurações da ordem e de seus avessos. Espaço e Debate. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, vol.23, n. 43-44, São Paulo, NERU, jan./dez 2003, pp79-91.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria L. *O Brasil: território e sociedade no Início do Século XXI*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2001.

SASSEN, Saskia e ROOST, Frank *A cidade: local estratégico para a indústria global do entretenimento* In: Espaço&Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano XVII, n. 41. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos (NERU), jan./jul 2001.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo, Studio Nobel, 1998. (Coleção Megalópolis).

SCOTT, Allen J., AGNES, Jonh, SOJA, Edward e STOPER, Michael. *Cidades-regiões globais* In: Espaço&Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano XVII, n. 41. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos (NERU), jan./jul 2004.

STOPER, Michael. *Desenvolvimento territorial na economia global de aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento* In QUEIRZ RIBEIRO, Luiz César e SANTOS JUNIOR, Orlando Alves de (orgs.) *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

VAINER, Carlos B. *Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia do planejamento estratégico urbano*. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos e MARICATO, Ermíria (orgs). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 2ª ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

VIANA JUNIOR, Aurélio (org.). *A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil. Análise crítica e documentos inéditos*. Brasília, Rede Brasil, 1998.